

DEBATE

## Apoiar as mulheres é apoiar a libertação global

Gostaria de dar minha contribuição, embora um pouco tardiamente, aos debates que este jornal vem publicando sobre a condição da mulher, especialmente no que toca ao tema feminismo e luta de classes.

Em primeiro lugar (e antes de mais nada) gostaria de lembrar que, nos países onde não existem fortes movimentos e organizações de mulheres no sentido da luta de classes – ou, onde estes são fracos – as mulheres e suas reivindicações podem ser manipuladas pela ideologia burguesa no sentido de preservar o status quo impedindo que o socialismo (ou regimes mais abertos) possam se instalar, como ocorreu nos casos clássicos do Brasil e do Chile.

Em segundo lugar, gostaria também de lembrar o caso da Alemanha antes de Hitler. Em excelente artigo publicado na revista *Latin American Perspectives* (nº 15, pp. 83-101) Norma Chinchilla mostra como a Social Democracia alemã influenciava diretamente o movimento feminino (em que militavam Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin) antes de rachar-se em uma seção comunista e uma reformista. Mostra ainda como, depois da Primeira Guerra Mundial, a seção comunista, pela sua contradição entre a teoria (a favor da emancipação da mulher) e a sua prática (partido inteiramente dominado pelos homens e machista), foi incapaz de manter as mulheres maciçamente em seus quadros, por não ser capaz de apoiar as suas reivindicações ou de desafiar eficazmente o capitalismo. É a derrota do feminismo socialista foi uma das grandes causas da derrota do socialismo como um todo, e ambas foram o fator relevante da emergência do nazismo.

Gostaria de lembrar, em terceiro lugar, que é nos países onde a luta de classes tem sido levada mais a fundo e onde existem movimentos específicos de mulheres (como nos casos da Guiné Bissau, Zimbábue, Moçambique, China, Cuba) que ambas as lutas têm tido melhor êxito. Neste sentido, gostaria de explicitar um pouco mais o caso de Cuba, não só por conhecê-lo melhor, mas, por ser ele o de maior relevância para a América Latina.

Tentando pôr em prática a ideologia socialista, favorável à emancipação feminina, Fidel Castro, ao assumir o poder, deu condições para que se formasse a Federação das Mulheres Cubanas (1961), que mais tarde chegou a congregar dois milhões das 2.700.000 mulhe-

res adultas do país. Até 1961, ano em que a FMC foi fundada, Cuba possuía uma das melhores forças de trabalho femininas da América Latina (13%, contra 20%, por exemplo, no Brasil). Portanto, as mulheres colocavam-se maciçamente dentro dos estereótipos tradicionais de mães e donas de casa. Por essa mesma época, o povo padecia dos males clássicos do subdesenvolvimento (fome, analfabetismo, alta mortalidade, etc.) da forma mais aguda.

Logo no primeiro ano, a FMC alfabetizou 700.000 pessoas, das quais 400.000 mulheres, reteinou 24.000 prostitutas e empregadas domésticas, jogando-as na força de trabalho. No decorrer da década de 60, treinou mais de 500.000 mulheres, que foram incorporadas à força de trabalho, fazendo com que a participação feminina subisse em 1970 para 18% e em 1975 para 27%. Foram criadas, também, 600 creches que atendiam a 52.000 crianças.

Em 1974 foi decretado, por influência da FMC, o Código de Família, pelo qual se modificou profundamente a divisão de trabalho entre o homem e a mulher dentro de casa. Por essa época, também, as mulheres já vinham invadindo as chamadas "profissões masculinas". Eram mulheres, 50% dos estudantes de medicina, 45% dos de economia, 35% dos de ciências agrícolas, 50% dos de engenharia, etc., fenômeno este que está longe de ser alcançado, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos, onde há apenas 3% de mulheres engenheiras, 4% de médicas, etc.

Vê-se assim, que, num primeiro momento, as mulheres cubanas começaram a participar politicamente dentro dos setores que correspondiam à concepção tradicional de participação social feminina. Num segundo momento, quase uma geração após, conseguiram um início de erradicação autêntica da desigualdade entre o homem e a mulher. Note-se, ainda, que o trabalho da mulher foi decisivo para elevar os indicadores sociais em Cuba, de um dos mais baixos para os mais elevados do continente, sendo comparáveis apenas aos dos Estados Unidos, enquanto Cuba ainda apresenta uma renda per capita menor que a do Brasil. O problema colocado em aberto para a próxima década

## AS GREVES E AS COMISSÕES DE FÁBRICA-III

# Democracia e grande indústria

O dia-a-dia  
da luta pela democracia  
nas fábricas em greve

**U**ma democracia nova e duradoura em nosso país só poderá existir com a mais ampla participação dos trabalhadores, em especial dos operários de grandes indústrias. É uma tendência irreversível. Por duas razões: 1) o modelo sócio-econômico atual, baseado nos interesses dos grandes monopólios, especialmente estrangeiros, vem conduzindo a um desperdício, depredação e desigualdade crescentes; em consequência, torna cada vez mais evidente a necessidade da participação coletiva no planejamento e controle das forças produtivas do país; 2) ao mesmo tempo, é cada vez maior a importância da participação entusiasmada e consciente dos trabalhadores das grandes fábricas, pois são eles cada vez mais a camada majoritária da sociedade e aqueles que a cada dia que passa mais produzem os bens essenciais à vida e à segurança do país. No Brasil ainda subsistem imensas áreas submetidas a relações de trabalho pré-capitalistas, baseadas no trabalho camponês, não assalariado. Mesmo nas cidades a produção artesanal, semi-artesanal e doméstica continua ocupando um contingente expressivo de trabalhadores. A necessidade e a importância de mobilização desses trabalhadores não pode, jamais, ser desprezada. Mas a indústria já é, de longe, a base do produto nacional e mesmo no campo amplia-se incessantemente a produção baseada no trabalho fabril.

As imensas greves que se desenvolvem em São Paulo há mais de dois meses refletem claramente a necessidade de os trabalhadores das grandes unidades industriais participarem da condução dos destinos do país. As greves surgiram e se multiplicaram onde existem as grandes fábricas - um levantamento da Gazeta Mercantil mostrou que elas atingiram as maiores empresas dos mais destacados ramos industriais. Em última análise, as greves decorrem do fato de os trabalhadores serem postos à margem das decisões políticas e econômicas mais importantes que vão determinar o que eles estão fazendo e o que podem receber em troca de seu trabalho. A medida em que a terra, as fábricas e os instrumentos de produção em geral pertencem a um punhado de latifundiários e donos dos grandes monopólios e a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade; à medida que cresce o número de desocupados no campo e a produção industrial é cada vez mais mecanizada e mais ameaça os trabalhadores com o desemprego; e à medida que as características dessa produção atendem apenas aos interesses de uma minoria da população, mais o operário sente a necessidade de protestar coletivamente; e mais a greve é necessária.

A conclusão inicial, portanto, é mais que justificada: ninguém poderá falar que defende uma democracia efetiva e duradoura para o país se não procurar garantir a participação mais ampla e decisiva possível dos trabalhadores, em especial, do proletariado urbano. Os democratas sinceros e consequentes não podem deixar de lutar para que se democratize a vida nas grandes fábricas onde a massa operária passa a parte mais ativa do seu tempo. É nesse sentido que se destaca, no momento atual, a luta pela constituição dos comitês de fábrica e pelo fortalecimento das organizações e entidades de bairro de trabalhadores.

## Democracia operária

Não se trata, no caso, de luta igualmente árdua e demorada para garantir o direito de organização dos trabalhadores no seu partido e nos seus sindicatos realmente proletários e consequentes. O partido político, durante um bom tempo provavelmente, continuará atingindo apenas a camada mais consciente e minoritária dos trabalhadores; os sindicatos, por sua vez, congregam categorias profissionais isoladamente e não os trabalhadores como um todo. Trata-se de um trabalho complementar a esse e ainda mais amplo: que visa atingir a grande massa de trabalhadores hoje desorganizada, sem coesão nem vontade coletiva, submetida ao espírito de competição e ao individualismo próprios da sociedade atual. Trata-se de procurar ajudar, no dia-a-dia da fábrica e do bairro, o processo prático da organização, da mobilização e da elevação do seu nível de consciência política.

As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem: constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para se superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre, pronta e acabada, quando a sociedade sofrer transformações estruturais profundas. Ela deve ir sendo construída no dia-a-dia, através das organizações que permitam a participação imediata dos trabalhadores. De que maneira os operários aprenderão a democracia se não passo-a-passo e através da sua própria experiência?

Nos depoimentos ao lado, 2 operários que fazem parte de comissões de fábrica em duas grandes empresas paulistas revelam de forma viva, como as greves deram origem às comissões de fábrica e quais os problemas que elas atualmente enfrentam. Como os operários que se destacam na luta pela mobilização de seus companheiros são sistematicamente perseguidos, seus nomes foram omitidos e os de suas fábricas são fictícios. (RP/SI)



## Nasce uma comissão de fábrica

Pressões e lutas para se criar a comissão de operários na Metalika.

Todo mundo começou a ouvir falar em greve a todo momento. Um pessoal de diversas seções queria parar, logo. Então a gente procurou discutir: pôxa, vocês vão conseguir parar sozinhos? E eles. "É, mas ninguém quer parar". E aí começaram as discussões. Se fez 3 ou 4 reuniões com o número de pessoas quase dobrando em cada reunião: uma com 15, outra com 20, e finalmente com 60 e 160. Tudo isso fora da fábrica e fora do sindicato. Um companheiro da oposição metalúrgica foi chamado para discutir um pouco com o pessoal, para falar como tinha sido a greve na fábrica dele. E ele falou da chapa 3, da oposição metalúrgica. Mas o pessoal cortou: "A gente quer greve! Queremos saber como vocês fizeram". "Aí o companheiro foi pondo toda sua experiência. O pessoal falou: "Bem a gente precisa de uma comissão. Precisamos de gente de todas as seções." Nessa reunião de 110 pessoas, foram escolhidos 32 companheiros. E ficou decidido que dali pra frente a comissão decidiria tudo e avisaria toda a fábrica. A princípio se marcou que se pararia numa 5ª feira, mas já na 3ª a comissão achou que deveríamos parar no dia seguinte. Entramos às 7 horas. Das 7 às 8 se faria o boxico e à 8 se pararia. Quando o chefe fosse perguntar se responderia que parou porque o outro parou, o outro porque o outro estava parado. Cada um arrumaria uma história e jogaria para o outro, uma sessão para a outra. Que só trabalharia se o outro trabalhasse. O outro falava a mesma coisa. Isso era pra não ser muito violenta a pressão sobre alguns: se todo mundo falasse, criaria um clima de ter de chamar para uma assembleia. E aconteceu isso mesmo: todo mundo falava e a firma não teve condição de discutir com 1200 pessoas. Eles então pediram para formar uma comissão com 2 representantes de cada seção. Para discutir, a firma impôs uma condição: só discutiria com o pessoal trabalhando. Nós tínhamos outra opinião: a gente só trabalha com o aumento. Quando começaram as discussões, eles queriam atender tudo, menos o aumento: "restaurante, equiparação, enfermeiro e médico à noite, convênio, tudo isso a gente já en caminha, vê o que dá pra fazer, vocês voltam a trabalhar e o problema do aumento a gente discute depois".

A comissão disse: "não, então a gente deixa tudo isso pra depois, vocês dão o aumento e a gente volta ao trabalho, depois se discute o resto". Foi feita uma assembleia pra consultar o pessoal sobre isso e a resposta foi que não se voltaria ao trabalho sem ter alguma coisa na mão. No dia seguinte veio um cara da Delegacia Regional do Trabalho convidar pra gente ir lá. Quando a firma soube que estávamos em assembleia com o pessoal, deu um ultimato: ou todo mundo voltava a trabalhar até as 5 horas, ou estaria desmanchada a comissão. O pessoal em assembleia, decidiu desmanchar a comissão. Um dos diretores telefonou para 1 pessoa da comissão avisando que a comissão deveria comparecer à DRT.

Nós não temos comissão. Como é que a gente vai para lá? A comissão foi desmanchada. Agora vocês vão ter de discutir com os 1200.

O cara ficou apavorado

A firma chamou o pessoal da comissão para discutir numa sala separada ao prédio da fábrica. Enquanto a comissão discutia com alguns diretores, eles pegaram todos os gerentes e todo o pessoal da supervisão e alguns diretores para ligar as máquinas para fazer o pessoal voltar a trabalhar. Mas o pessoal continuou firme: "tudo bem, mas vamos esperar até a comissão voltar". Quando a comissão voltou e soube que a firma tinha pressionado, foi de seção em seção dizer da cachorrada que ela tinha feito. E se convocou uma assembleia. À tarde veio um inspetor do DRT com nova proposta de formar comissão. O pessoal disse que aceitaria se ela fosse reconhecida pela firma. E uma nova comissão foi formada: tem 17 membros. E a firma assinou compromisso de dar estabilidade de 2 anos.



## A comissão aprende e educa

Como a comissão de fábrica pode elevar o nível de consciência política e a autoconfiança dos trabalhadores: a história da ATCO.

O ideal seria ter uma comissão formada antes da greve, mas não foi possível. Quando a greve começou a firma propôs que se formasse uma comissão de 100 pessoas. Ninguém aceitou, com o objetivo de segurar a greve por mais tempo e ver se outras fábricas nos seguiam e nos davam mais força. Dizíamos que ou ia "todo mundo" falar com o patrão ou ninguém. Como o pessoal estava demorando para se decidir a formar uma comissão, a firma achou que era por medo de represália e garantiu que os que participassem da comissão teriam estabilidade por 2 anos.

Foram escolhidos 2 operários por sessão, entre todos os setores que aderiram à greve já no 1º dia. Foram eleitas mais ou menos 80 pessoas. O sindicato interveio no sentido de reduzir a comissão a 20 pessoas, 10 para cada turno. Imediatamente os da noite reduziram sua comissão para 10 e começaram a insistir que os do dia também reduzissem. Estes diziam que não; porque a comissão de 80 tinha sido uma resolução de 1200 companheiros. No segundo dia de greve fez-se uma avaliação dos problemas de segurança e se resolveu reduzir a comissão a 40 (25 do dia e 15 da noite). O pessoal da noite foi mal escolhido por falta de experiência porque muitos achavam que não devia sair uma comissão; de modo que os melhores não entraram nela. Houve problemas de comunicação entre o pessoal mais combativo do dia e da noite; e os da noite não participaram muito das reuniões, de modo que durante algum tempo continuaram com a palavra de ordem: ou todo mundo ou ninguém.

No contrato que a firma fez está escrito que 6 membros da comissão encaminharão o resto das reivindicações quanto a convênio médico, refeições, férias coletivas.

Depois da greve se viu que o acordo não foi satisfatório; porque o problema é mais sério: o arrocho, a alta do custo de vida comem o aumento. Mesmo que se conseguisse 20% ou 50 ou mesmo 100% seria insatisfatório. Mas a gente já tinha visto que íamos entrar na greve e não numa aventura para se ir até a morte. Íamos levar até onde conseguíssemos. Mas a experiência da luta foi mais longe. Depois de um momento de crítica, de dizer que a comissão tinha aberto as pernas e por não ter conseguido mais, alguns começam a perceber algumas mudanças conseguidas. Por exemplo, o tratamento dos chefes é muito diferente. O operário percebe que tem direito de sentar e discutir com o chefe; não é mais uma ordem escrita afixada no quadro, assinada por uma pessoa que ninguém sabe quem é. Agora para mandar tem de discutir com a gente. Os companheiros passam a perceber que a lei existe, mas se derruba. A lei de greve continua existindo, mas se faz greve. O operário começa a perceber a importância da luta, da conquista, não por ouvir falar, mas por ter experimentado. Todo mundo dizia que o operário unido era forte etc. Agora isto foi vivido. O operário percebe a sua força na greve: quando um chefe quis pressionar um companheiro e para que ligasse a máquina e mais de mil caras rodearam o chefe e ele teve de dar no pé.

Mas há os que acharam a experiência ruim: o fato de as horas paradas não terem sido pagas integralmente deixou uma certa desconfiança em alguns que dizem "em outras não vou entrar". É preciso que a comissão reconquiste a confiança do pessoal. Deve por exemplo atacar o sistema de aumentos por mérito que a empresa tem. Cada 6 meses há um aumento de 5%. Não tem funcionado porque o chefe engaveta, faz má avaliação do pessoal de modo que muitos não recebem. Se se conseguir fazer um levantamento de quem não conseguiu aumento e se fazer uma reivindicação para que o sistema de mérito funcione, isso levantará o moral do pessoal e se poderia argumentar que a comissão conseguiu, que foi a comissão surgida no movimento da greve, que foi o movimento que indicou a comissão.

# POSTO DE SAÚDE: UMA MARAVILHA (NA TELEVISÃO)

Na propaganda da televisão, os Postos de Saúde são perfeitos. Mas o Jornal da Vila percorreu os seis da região e viu que a realidade é bem diferente.

Há mais de dois meses, o governo vem anunciando na televisão que as mães e gestantes devem procurar os Centros de Saúde do Estado para receber atendimento médico gratuito. Na propaganda, tudo funciona bem: os Centros são limpos, as mães não enfrentam filas, o serviço médico parece perfeito.

O Jornal da Vila percorreu os bairros da região e verificou que a realidade é bem menos cor-de-rosa. A começar pelo número de Centros: apenas seis, para atender a uma população estimada de 150 mil pessoas, que moram na área compreendida entre a Água Funda e a Vila Liviero. Nos seis, os problemas são iguais: o médico pediatra nem sempre aparece as poucas funcionárias não dão conta do serviço e se dividem para preencher fichas, vacinar e até fazer a limpeza do prédio. Em nenhum Centro havia educadora sanitária, ficando a orientação às mães por conta das funcionárias, a maioria delas sem qualquer especialização. As filas são enormes, as brigas e discussões constantes e muita gente acaba indo embora sem conseguir ser atendida.

## Nada de médico

No dia 26 de junho, nossa reportagem foi ao Centro de Saúde do Parque Bristol, o mais procurado e o pior da região. Às 7h20, chegou a primeira funcionária para abrir a porta (o atendimento começa às 7). Na rua, já esperavam oito mulheres com os filhos no colo. Teresa Soares, moradora do Jardim São Savério, reclamava: "O Centro abre na hora que eles querem. Tem dia que passa das 8 e ainda não chegou ninguém".

Enquanto entravam numa pequena sala de paredes sujas, as mulheres ficaram sabendo que o médico não viria naquele dia: "O dr. Nicolau está de licença e seu substituto, o dr. Neir, só vem nas terças e quintas", explicava Lourdes Maria Pedreira, funcionária do Centro. Maria Sampaio, do Bristol, se irritou: "Todo dia é a mesma coisa. Eu madrego aqui com o bebê e a menina de seis anos e nada de médico".

Natália Martins tinha chegado à 6h45. "Quando o médico vem, nem examina direito as crianças. Manda entrar muitas mulheres de uma vez, pergunta o que o nenê tem, mas nem

chega perto. Mesmo assim vou esperar para pegar as latas de leite".

Toda mãe que tem seu filho matriculado do Centro recebe quatro latas de leite em pó por mês até a criança completar um ano. Mas antes tem que esperar o nenê ser pesado, medido e, se for a época, vacinado. Como desde as 8 horas já não havia lugar para sentar, a maioria das cinquenta mães presentes ficou esperando em pé, com o nenê no colo, durante muito tempo. Porque as crianças começaram a ser medidas, pesadas e vacinadas só depois das 8 e meia.

À medida que o Centro ia enchendo de gente, a desorganização era maior. As duas únicas funcionárias não sabiam o que fazer. Uma selecionava fichas, enquanto gritava que só podia fazer três matrículas por dia. A outra colocava as vacinas para ferver no fogão, numa cozinha pequena. Não adianta elas reclamarem que nós não podemos fazer nada. A gente tem que ser escriturária, atendente, enfermeira e até servente, e tudo isso pra receber menos que o salário mínimo".

## Consulta em três minutos

Margarida dos Santos, moradora da Vila Brasilina, chegou ao Centro de Saúde da Vila Moraes às 6 e quinze. Às 10 e meia conseguiu entrar para a consulta. O médico levou apenas três minutos para examinar seu bebê. Mesmo assim, ela saiu da sala com ar de vitória porque era uma das vinte felizardas que conseguem ser atendidas por dia.

Na Água Funda, o Centro de Saúde do Estado não consegue também atender a procura. E no Posto da Prefeitura a sala de espera é tão pequena que dez mães com seus filhos mal cabem em pé. A única funcionária é mais uma das "polivalentes" que faz tudo e explica que o pediatra só chega depois das 11 horas.

Na Vila Liviero e nas Mercês, o quadro era parecido. Apesar de melhor aparelhados que os outros, também não conseguem atender a todos. No Liviero, o atendimento se limita a quinze pessoas por dia. Para as Mercês, vão moradores de todos os bairros vizinhos, onde não há postos: Brasilina, Savério, Clímax. E as atendentes reclamam:



No posto do Bristol, a longa espera

"Eles estão fazendo um farol danado na televisão e a gente é que se estrepia pra tentar atender todo mundo que aparece".

## Falta de funcionários

A explicação para o mau funcionamento é a mesma em todos os Centros: não há pessoal suficiente. José de Souza Moraes, diretor do Departamento Regional de Saúde e responsável pelos 208 Centros da Grande São Paulo, explica: "Os médicos assumem o cargo e o abandonam. Precisariamos hoje de pelo menos 200 médicos para cobrir todos os Centros."

A explicação, no entanto, parece esquecer quanto um médico recebe para trabalhar num Centro de Saúde do Estado: 6.396 cruzeiros, um ordenado considerado ridículo pelos profissionais.

"Se o Estado e a Prefeitura resolvessem exigir rigorosamente as quatro horas de trabalho, as demissões seriam bem maiores - diz um médico de Centro de Saúde - porque procuramos compensar o baixo salário com várias outras atividades".

No caso dos atendentes, o problema é pior. Por seis horas de trabalho por dia recebem Cr\$ 1.994,99. E fazem o trabalho de um educador sanitário, de uma enfermeira, de um escriturário e de uma servente.

Resta saber o que resolveria o problema: mais propaganda bonita na televisão ou verbas para enfrentar a questão do pequeno número de Centros e dos salários baixos dos funcionários.

## O QUE VOCÊ DEVE EXIGIR DE UM POSTO DE SAÚDE

Os serviços de um Posto de Saúde são públicos e gratuitos. Qualquer pessoa pode ser atendida, bastando para isso levar um documento de identidade para fazer a matrícula. Este é o atendimento a que você tem direito:



## CONSULTAS

O pediatra deve atender de segunda a sexta-feira. Nos Centros de Saúde do Estado, o horário é das 7 às 12h. Nos Postos da Prefeitura, das 8 às 13h. Além das consultas de urgência, o médico deve seguir mês a mês o desenvolvimento da criança até um ano de idade, pesando-a e medindo-a, e dando orientação para a mãe quanto à alimentação e prevenção de doenças. As gestantes devem ser examinadas todos os meses até o 8º mês, quando as consultas passam a ser quinzenais.



## VACINAS

Para receber as vacinas básicas, a criança não precisa ser matriculada. Leve apenas a caderneta de vacinação. Se for a primeira vez, o próprio Centro fornece a caderneta. Não a perca, pois sem ela fica difícil receber o salário-família.

Até um ano de idade, a criança deve tomar as seguintes vacinas: aos dois meses, a triplice (contra difteria, tétano e coqueluche) e a Sabin (contra paralisia infantil); aos três meses, a triplice outra vez; aos quatro meses, novas doses de Sabin e triplice; aos seis meses, outra Sabin; aos sete meses, contra sarampo e varíola; aos oito meses, o BCG intradérmico (contra tuberculose).

Com um ano e quatro meses, nova dose de reforço da triplice e da Sabin. Entre 3 e 4 anos, a última dose da triplice e da Sabin. Ao entrar na 1ª série do 1º grau, dose dupla contra difteria e tétano.



## ALIMENTOS

As mães com filhos matriculados têm direito a receber quatro latas de leite em pó por mês até a criança completar um ano. Para gestantes e mães que estão amamentando, o Centro deve distribuir gratuitamente o Gestal, um complemento alimentar.



## CLORO

Para evitar a desidratação, que atinge principalmente as crianças, o Posto fornece frascos de cloro que devem ser misturados à água do poço. Um frasco dura mais de um mês. Para que faça efeito, pingue uma gota em cada litro de água tirada do poço. Mexa e deixe descansar quinze minutos antes de beber.



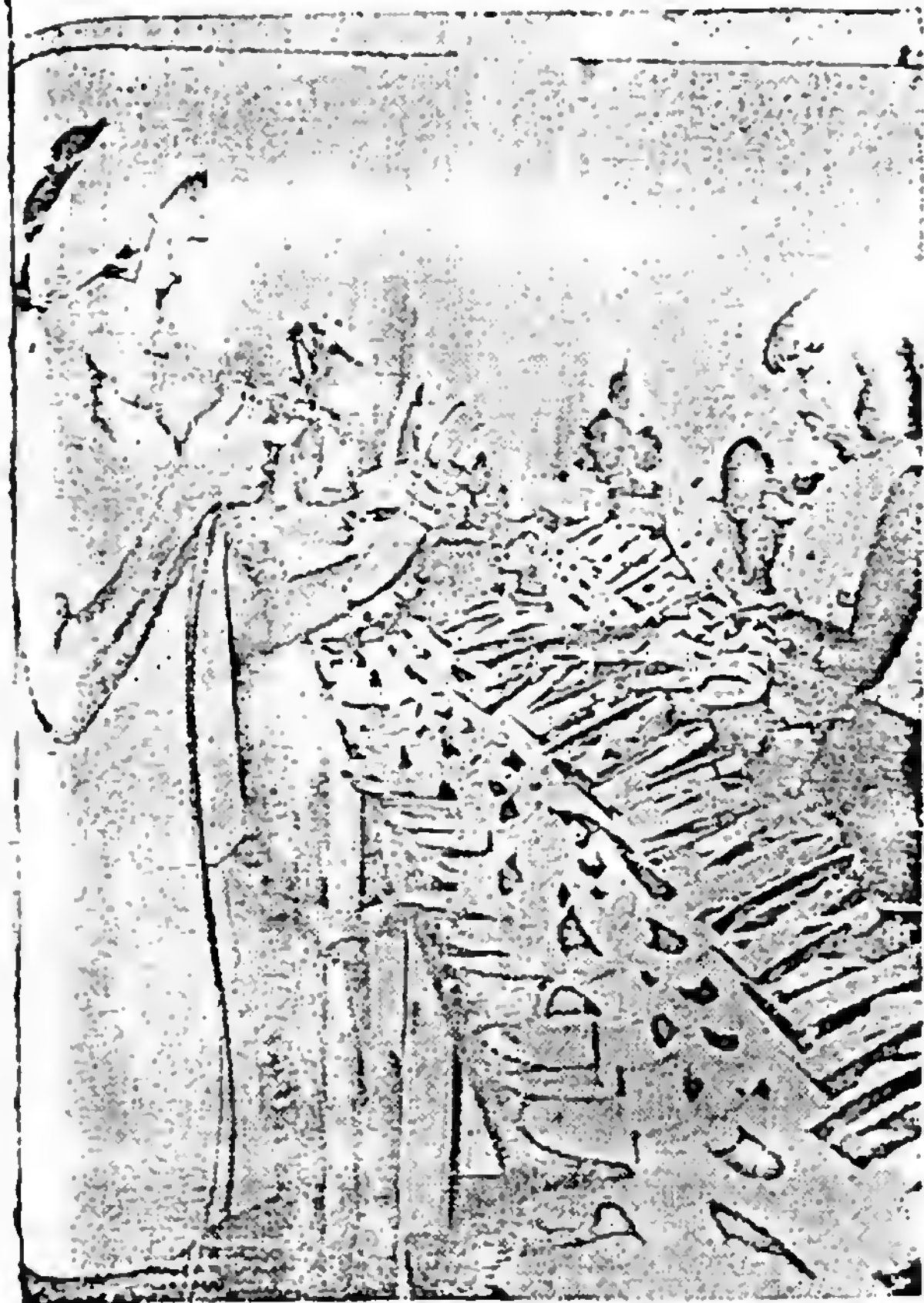
Uma só funcionária no Posto da Água Funda



O Bristol é apenas um exemplo do que acontece em todos

## Falando do trabalho da mulher

GRUPO ECONOMIA E POVO



"Mas apesar de tudo o que fizemos, há ainda a idéia de que as mulheres não realizam muito porque não contribuem economicamente para o lar; que somente o marido trabalha porque ele recebe um salário. Nós temos tropeçado bastante com esta dificuldade". Esta frase foi dita por uma dona-de-casa, Domitila Chungara. Ela é mulher de um trabalhador boliviano, e escreveu um livro contando sua vida.

A vida de uma dona-de-casa que participou de um movimento de mulheres. Este movimento lutava pelos direitos dos trabalhadores, homens e mulheres.



Pensando na frase da Domitila nos ver se só o trabalho fora de casa é importante.

Com os baixos salários no Brasil cada vez mais pessoas da família são obrigadas a trabalhar. Em 1968, 1 pessoa em cada família precisava trabalhar para sustentar a família. Em 1969 para conseguir o mesmo sustento 2 pessoas precisavam trabalhar. Com isso, o número de mulheres e crianças que empregaram aumentou muito.

Com isso, a classe trabalhadora é mais explorada. Agora as mulheres além de donas de casa: cozinhar, lavar, passar e cuidar das crianças, trabalham fora. Mas a vida da mulher tem ficado mais dura, ela trabalhando fora não recebe salário e vê mais gente. Com isso ela discute os problemas dos trabalhadores e percebe com eles a necessidade de organização. Esta organização fortalece os trabalhadores, facilitando por exemplo a luta por maiores salários e creches. Agora o exemplo da participação das mulheres nas greves por aumento de salários.

E a dona de casa que não trabalha fora? Seu trabalho em casa não tem valor? Vamos ver ainda o que diz a nossa dona de casa Domitila:

"Um dia me ocorreu a idéia de fazer anotações num quadro. Pusemos como exemplo o preço da roupa lavada por dúzia e verificamos quantas dúzias de roupa lavávamos por mês. Depois, o salário de uma cozinheira, de uma

babá, de empregada. Verificamos tudo o que fazem todos os dias as esposas dos trabalhadores. No total vimos que o salário necessário para pagar o que fizemos na casa, comparado com os salários da cozinheira, lavadeira, babá, empregada, era maior que o que ganhava o companheiro durante um mês na mina (no emprego). Então, assim fizemos os nossos companheiros compreender que, em certo sentido, trabalhamos mais que eles. E que inclusive contribuíamos mais dentro do lar com o que economizamos. Assim que, apesar de que o Estado não reconheça o trabalho que fizemos na casa, o País se beneficia do nosso trabalho e também o governo se beneficia, porque deste trabalho não recebemos nenhum salário".

Além de tudo isso, muitas vezes a dona de casa ajuda o ganho do marido, lavando roupa para fora, vendendo doces, cuidando das outras crianças e outras coisas.

Todo esse trabalho faz com que a família continue vivendo e aumentando, apesar dos baixos salários. Na verdade a empresa é que devia pagar salários suficientes para que a mulher não precisasse trabalhar tanto. As horas gastas pela mulher no trabalho em casa são como as horas extras do trabalho do seu marido. As horas extras são feitas porque o salário é baixo. E a mulher não ganha nada pelo trabalho em casa.

Será que toda dona de casa percebe, como Domitila, a importância do seu trabalho? Não sabemos. Este trabalho garante o sustento da família, portanto ele é importante. Mas dentro de sua casa, a dona de casa encontra menos gente para conversar e talvez por isso, não veja que ela é uma trabalhadora como todos os outros. Achemos importante as donas de casa conversarem umas com as outras. Assim podem perceber que todas são obrigadas a trabalhar tanto porque os salários são baixos. Somente a união dos trabalhadores pode aumentar os salários. Com isso, diminuiriam as horas de trabalho necessárias do homem e da mulher para a sobrevivência do trabalhador. Assim as donas de casa percebendo isso podem ter sua organização para lutar ao lado dos trabalhadores. Lutar pelos direitos do trabalhador em geral, como por exemplo as creches para diminuir o trabalho da mulher em casa, ou facilitar a vida das mulheres que trabalham fora.

Uma organização de donas de casa está ao lado de outras organizações de trabalhadores como os sindicatos, onde estão as mulheres que trabalham fora.

## É crime dar água aos que moram na favela?

No fim da rua Godoi Colaço, travessa da avenida Morumbi, no bairro do Brooklin, numa pequena área desapropriada pelo Governo, surgiram há 4 anos pequenos barracos que hoje são em número de 18.

Desde que começaram a surgir os barracos tiveram início as reclamações dos moradores daquela rua, que tudo têm feito tentando despejar os "invasores". No entanto, todas as manobras realizadas pelos moradores da rua, têm sido infrutíferas, pois as autoridades não atendem aos seus pedidos.

Com pena das inúmeras crianças que moram nos barracos, num gesto de solidariedade, Jamil e Anacleta, um casal que também mora naquela rua, passou a fornecer água aos favelados. Este fato, que já vem acontecendo há 3 anos, vem provocando mais conflitos nas vizinhanças, pois acreditam os moradores, que se o casal continuar com sua "boa ação", será muito mais difícil expulsar os "invasores".

Denunciados pelos seus próprios vizinhos, Jamil e Anacleta foram chamados à 27.ª Delegacia para prestar esclarecimentos, denunciados que foram, por favorecer tumultos provocados pelos favelados na retirada da água.

### BOA AÇÃO LEVA A DELEGACIA

"Não existe baderna, nem algazarra, como reclamam os moradores. Os favelados são respeitosos com a gente e apesar dos sofrimentos que a vida lhes oferece conservam a naturalidade e espontaneidade, únicas coisas que lhes restam" — afirmou Jamil ao delegado.

Depois de ouvir Jamil e sua esposa d. Anacleta, dr. Heraldo Guedes, delegado da 27.ª Delegacia afirmou que não pode proibir o casal de ceder água aos favelados, uma vez que o casal paga a conta da água regularmente, como os demais moradores. Disse ainda não poder despejar os "intrusos" do local, pois não é de sua competência. Alertou o casal para que não sejam permitidas algazarras de qualquer espécie entre os favelados, para evitar que os moradores continuem com as insistentes reclamações.

### O QUE RECLAMAM OS MORADORES

São várias as reclamações dos moradores. Falam das condições higiênicas da favela, que ocasiona o aparecimento de insetos e a existência de animais como cachorros, galinhas e até cavalos, que ali aparecem.

Há três anos eles vêm se mobilizando, correndo por tudo quanto é repartição pública, com listas e mais listas contendo assinaturas, tentando a remoção dos favelados. Por não conseguir nada, resolveram apelar para a Delegacia, denunciando o casal que fornece água aos pobres.

### LUTANDO POR MELHORES CONDIÇÕES

São 36 crianças e 50 adultos, dentre eles alguns bem idosos, que tentam sobreviver em condições muito precárias. Como tantos outros que vieram, e continuam a vir, atraídos pelo sonho e ilusão de que aqui encontrariam uma vida melhor.

"Não temos nenhum outro canto para encostarmos" — afirmou Zulmira, moradora da favela há alguns anos — "e por isso não podemos sair daqui".

Os homens, na maioria, trabalham como pedreiros e outros são "catadores" de papelão ou garrafas, o que explica a existência dos cavalos que são utilizados para este fim. As mulheres são empregadas domésticas.

Realmente a favela destoa num bairro como o Brooklin, mas os pobres moradores dos barracos dizem que pretendem melhorar as condições da área por eles habitada. Vão cercar os barracos para que fiquem totalmente isolados do bairro e foram à Light e à Sabesp pedir que essas companhias estendam até lá seus benefícios. Tudo numa tentativa desesperada de não serem despejados, por não terem mesmo para onde ir.

Jamil e Anacleta continuam no firme propósito de continuar a fornecer água à favela, que segundo eles é pacata e não traz problemas de nenhuma espécie aos vizinhos. E terminam dizendo: "Quem tem mais deve dar a quem tem menos".

## Um passeio no refugio das fraldas

M.A.R.A.

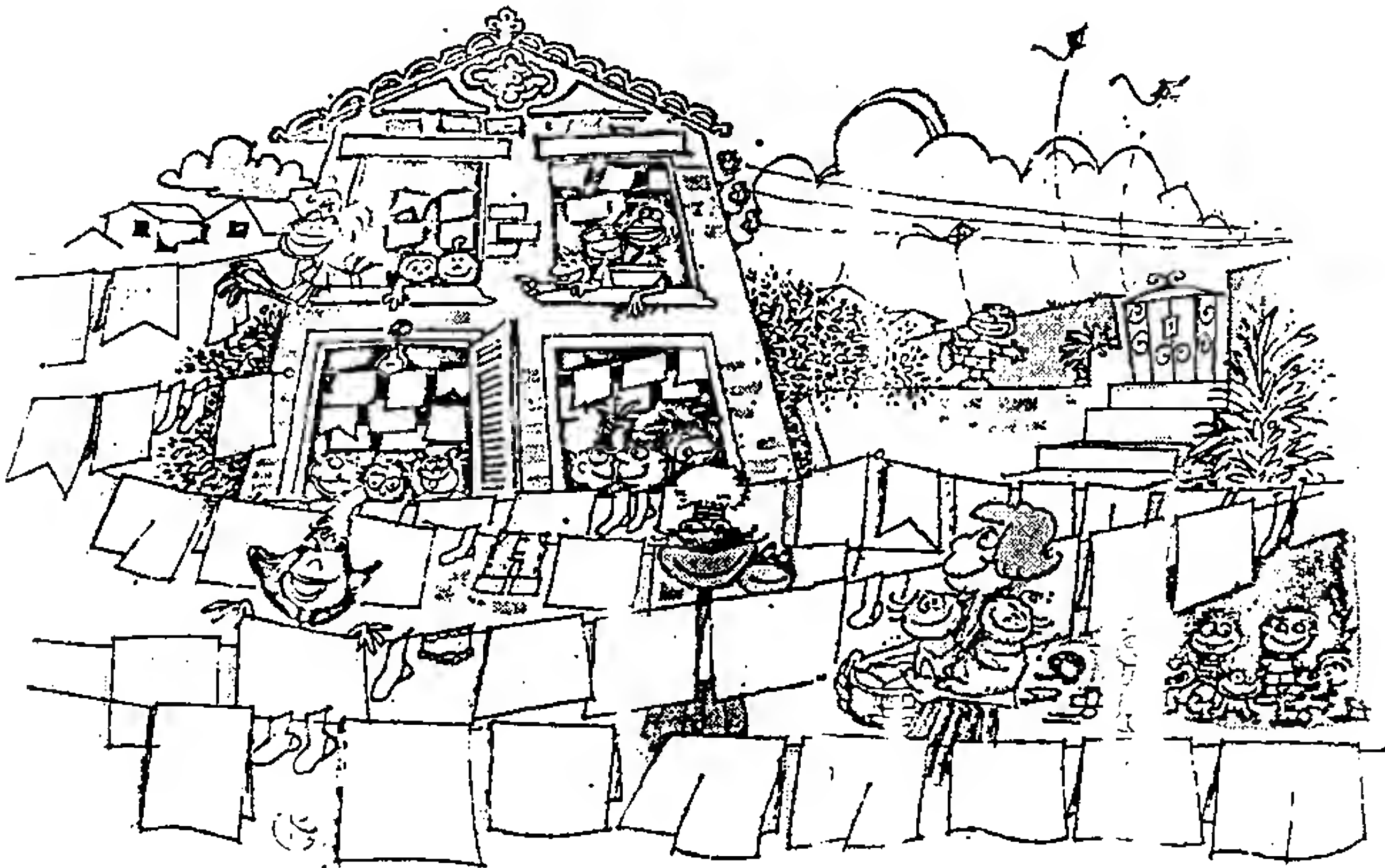
ruazinha tortuosa  
em crianças de todo  
brincando de pega-  
fazendo rodinha na  
la, há uma pelada  
leno asfalto. Parece  
explosão demográ-  
da cidade se deu  
quarteirão da rua  
isco Gomes. A gen-  
m de ir com muito  
do, os empinadores  
pagaio têm os olhos  
eu.

rimos um portãozi-  
apenga e descemos  
ada para um porão  
De repente estamos  
meio de uma revoada  
a que parecem cen-  
de asas endoida-  
batendo em nosso  
e em nossas costas.  
há um pedacinho li-  
co corredor estreito  
área. São fraldas  
não acabam mais...  
cozinha, o que a  
vê logo de cara são  
amadeiras. "O São  
veio conhecer por  
as "repúblicas"  
zizadas pelo Ampa-  
aternal e pelo Setor  
Mariana da Região  
aga (Sudeste) da  
diocese de São Pau-  
ara as mães desam-  
das.

Celia e Florisia

cia está morando ali  
mês. Como quase  
as mães teve o fi-  
do Amparo; tentou  
com ele nos empre-  
agora experimenta  
a comunitária na ca-  
a.  
abalho como diaris-  
com outro sossego  
a. Hoje não trabalhei  
levar o menino no  
tal, mas os médicos  
em greve, não sei  
vai ser, só atendem  
gência."

pequeno choraminga  
eu colo, a boquinha



aberta em pústulas que  
não o deixam comer. O  
porão não é pequeno,  
mas organizar nele a vida  
com 10 moças, dez bebês  
com as suas mamadeiras  
e centenas de fraldas, não  
é brincadeira.

Florisia é uma morena  
bonita, que veio direta-  
mente da maternidade  
para cá, ainda deslumbra-  
da com a sua Stella Cris-  
tina, de "um mês e vinte  
e um dias". Acabou de  
chegar do Posto, com ela.  
Tudo vai bem, mas Flori-  
sia está preocupada em  
conseguir emprego, preci-  
sa arrumar documentos,  
ainda.

As despesas da casa  
são divididas entre as mo-  
radoras. Cada grupo deci-  
de seu sistema de admi-  
nistração, com ou sem a  
ajuda e supervisão de um  
casal do Setor. Nesta ca-  
sa, a senhora passa todos  
os dias e seu telefone es-  
tá sempre à disposição  
das moças. Uma vez por  
semana, uma assistente  
social do Amparo vem  
reunir-se com elas.

Celia e Ana

Na sala grande, onde  
reina a televisão diante  
do sofá, vem chegando  
Célia, que mora com elas  
há seis meses.

"Mas estou de partida  
Logo vou casar."

Os namoros têm sido  
um problema. Como a vi-  
zinhança aceitaria uma  
casa recebendo uns dez  
namorados? Os encon-  
tros, por isso, são proibi-  
dos mesmo perto das ca-  
sas. Irmã Rosina tenta  
atenuar as coisas, convi-  
dando-as para o Amparo.

Num dos três quartos  
atulhados, Ana está cui-  
dando dos bebês daque-  
las que não voltaram do  
serviço. Ela é paga por  
elas, mas vê-se logo que  
gosta do que faz:

"Estou pensando em  
voltar para a família, em  
Amparo, se meu pai me  
aceitar. Enquanto isso, fi-  
co com "meus filhos",  
todos esses. As mães me  
amam sempre com re-  
clamações, mas deles vou  
sentir uma saudade..."

Quería uma máquina pra  
ter um retrato de cada  
um" — e mostra a foto  
de um bebê que pegou  
antes de ter o seu gordu-  
cho Márcio.

Na sala, Mercedes, as-  
sistente social do Ampa-  
ro, está convidando todos  
— mães e bebês — para  
um Encontro no fim de  
semana, entre todos os  
moradores das "Repúbli-  
cas".

Quando vamos saindo  
uma chuva inespera-  
da faz todas as mães  
correrem para os varais.  
Como será que elas reco-  
nhecem as "suas" fraldas-

Um berço comunitário

Na rua das Igrejas, de  
longe se reconhece a ca-  
sa embandeirada: fraldas,  
pintos calçados, os varais  
imperam aqui, também.  
Mas, o sobrado é bem  
maior, por isso, a ordem  
perfeita é possível, mes-  
mo entre 11, 12 mulheres  
e outros tantos pirralhos.

Na sala, bem decorada, há uma caixa enorme, um imenso berço comunitário onde se acomodam uns 8 pequerruchos de todas as cores e feitios. Um casal de gêmeos está no lugar do que partiu a semana passada, quando a mãe casou. E logo se preencheu a vaga do bebezinho que morreu na 5.a-feira.

E as doenças não se espalham?

“Até agora, não. A gente cuida como pode, mas está tudo nas mãos de Deus.”

Quase todas estão no trabalho; duas dormem num dos três amplos quartos, muito bem organizados. São as que dão plantão à noite com os bebês. Uma delas é uma mulher ainda grávida, que ajuda ali enquanto seu filho não chega.

“Isto é muito legal”

Entre o tanque e a máquina de lavar se movimenta Elvira, muito roliça ou seu shorts, resmungando:

“Isto é muito legal, mas eu queria que todos fizessem daqui como uma família. Se não, vou voltar para a Bahia, onde minha mãe me quer.”

Para muitas delas, a “República” é uma solução de emergência, pois não supre a carência afetiva. Mas, alguns grupos — mais facilmente os menores — transformam a casa num verdadeiro lar, passam a ser realmente uma família. Quando acaba o contrato de uma casa, elas não se separam por vantagem nenhuma, explica Mercedes, a assistente social do Amparo.

É o que acontece na rua Botucatu, logo atrás do Amparo, onde vive há uns 2 anos, Cleusa, da farmácia e almoxarifado do próprio hospital:

“Para mim sempre deu certo. Algumas companheiras experimentaram sair e acabaram voltando. Tenho irmãos que visito sempre, mas para viver prefiro a “República”. Aqui eu mesmo trabalho, eu mesmo cuido da minha filha, sem indiretas.”

Nesse grupo, já bem integrado, todas trabalham o dia todo e uma gestante olha as crianças. Elas já têm estabilidade para olhar mais longe. Por exemplo: estão “hospedando” uma criança da favela da vizinhança.

“Coitadinha estava tão mal nutrida que, com 4 anos, não andava. Os pais não podiam salvá-la. Vai ficar conosco até ficar bem gordinha.” ;

## DEBATE: O LIVRO DE SHERE HITE

# Sexo de corpo inteiro

O Relatório Hite, uma pesquisa sobre a sexualidade feminina, é um dos livros mais vendidos no Brasil, atualmente. José Ângelo Gaiarsa, Ana Verônica Mautner e Fábio Landa falam do livro e de sexo

Mais do que rapidamente, o livrão branco, hermeticamente embrulhado em papel celofane, que garante a sua inviolabilidade, invadiu as livrarias da cidade, com o destaque que prenuncia um bom merchandising para um best-seller.

O livro, O Relatório Hite(\*), que consiste na transcrição e análise do depoimento de 3.000 mulheres americanas sobre questões que vão desde os seus hábitos de masturbação até a descrição de seus orgasmos (ou da falta deles), busca, através da análise desses hábitos, da insatisfação que deles emerge, e da redefinição da sexualidade em nossa sociedade, sugerir novos caminhos para a vida sexual.

Convidamos José Ângelo Gaiarsa, Fábio Landa e Ana Verônica Mautner (psiquiatras e psicóloga, respectivamente), para discutir as principais questões que o livro levanta. Rachel Moreno, de Movimento, coordenou o debate.

Movimento - O que o Relatório Hite traz de novo?

Fábio Landa - Pra mim, o livro coloca duas questões que eu gostaria de discutir: a masturbação e o orgasmo. O primeiro comentário que eu faria é que, na masturbação, a autora esquece alguma coisa muito importante: que a masturbação é uma forma de se conhecer. No fim das contas, ela acaba propondo, mesmo que não queira, um modelo masturbatório.

Outra questão é a do orgasmo. Ela tem uma atitude muito severa em relação ao orgasmo, como se ela propusesse uma abolição do binômio tensão-relaxamento e, se eu não tenho mais a curva de tensão-relaxamento, eu não tenho a passagem do prazer para o silêncio. Então, é como se eu estivesse com fome, comesse, e continuasse com a barriga vazia. E ela diz explicitamente isso, que o orgasmo sem relação sexual seria mais intenso; ela deixa claramente recomendado o orgasmo masturbatório.

Movimento - E você, Ana Verônica, pensa o mesmo?

Ana Verônica Mautner - Eu não o sinto como um livro de luta. A impressão que eu tenho é que a autora é uma pessoa sensível, e que tem preferências. E eu concordo com o Fábio de que a preferência é nitidamente para a masturbação. O livro me transmitiu a idéia de que, para as mulheres, ajustar-se com outra pessoa é difícil, dá trabalho, que os homens não ficam bastante tempo com a gente, que a relação com o homem é difícil. Então, como resolver esse problema? E, fundamentalmente, como resolvê-lo evitando-se a dor? Bem, eu não sei se existe solução, se realmente a gente chega àqueles casamentos maravilhosos de conto de fada, mas, decididamente, nesse livro há uma desistência. É como se ela dissesse: "nós não vamos tentar mais; se acertarmos com um homem, acertamos; se não acertarmos, não tem importância, nós nos masturba-



mos". Eu sinto nisso uma resignação, que não se diferencia muito da resignação que imagino que minha avó tenha tido. A única coisa que senti muito claro no livro é ela dizer: "se vire por aí que não é pecado, que é bom, que pode ser interessante". Mas, por outro lado, há no livro toda uma resignação. Eu não sei se a luta pode ser vitoriosa, mas eu não gosto muito dessa resignação.

Movimento - Nesse sentido, o livro seria então nefasto?

Ana Verônica - Não. Eu acho que é interessante as mulheres lerem como fazem isso e aquilo. E eu desconfio que as pessoas não vão ler muito os comentários da autora, as pessoas vão ler os depoimentos. Eu já indiquei esse livro para uma porção de gente. Porque é um livro de depoimentos, é uma maneira de conversar com outras mulheres, e essa conversa é gostosa, essa conversa eu curti. Eu gostei de saber o que outras mulheres fazem. Foi bom pra mim.

José Ângelo Gaiarsa - Eu ia partir exatamente daí. Eu acho o livro muito benéfico. As idéias da autora são exatamente como disse a Ana: não muito claras, meio hesitantes, muito hipotéticas. Nem parei pra pensar muito no que ela dizia; fui lendo os relatos individualizados, gostando muito disso. Parece que eles têm um nível muito apreciável de sinceridade, muita franqueza, muita variedade de experiência, e acho que desmascaram bem o falso pudor do "não vamos falar a respeito". Dão bem a noção do "olha, nossos gostos, nossos pecadinhos, nossos maus pensamentos são tão parecidos; para que disfarçar a coisa?" Nesse aspecto, achei ótimo. Acho que esse livro será essencialmente positivo na repercussão popular.



**GAIARSA: "Há no corpo 3 milhões de pontos sensíveis. Não tem playground igual!"**

Do mesmo modo que a Ana, concordo que ela se resigna na desistência da relação homem-mulher, que é muito difícil. Mas, como eu sou um otimista apesar de cético, eu me pergunto se isso não é uma etapa.

Até hoje, sempre houve um segredo entre o homem e a mulher. Agora, começa-se a falar. Então, tem início todo aquele negócio de dizer: "não pense que você me agrada, não pense que você me satisfaz; eu não sou como você imagina". Então, estamos numa etapa de desencanto radical e recíproco. A mulher não é o que o machão espera, e vice-versa. Por isso, eu imagino que o livro marque uma etapa. E isso também na metodologia, em que os números, os per-

centuais não tem grande interesse, nem são muito numerosos. No lugar deles há os depoimentos pessoais, o que é um gênero muito peculiar de estatística, que, na verdade não é estatística, é casuística.

É como se no livro se dissesse: "o que a gente vai ter que discutir é como é que a gente deve fazer pra fazer gostoso. Quanto melhor pra mim, melhor pra você, e vice-versa". Então é capaz que o desencanto que o livro traz de achar a relação homem-mulher muito difícil - seja compensado na medida em que ele dá um empurrãozinho pra frente, dizendo "olha, realmente é muito difícil, mas vamos jogar mais claro; quem sabe a gente consegue ficar mais contente, ter mais prazer, se entender melhor, e não ficar muito no pressuposto de um imaginar o que o outro é, o que as mulheres são, o que os homens são". Nesse sentido, a variedade de experiências é ótima.

Fábio - O muito interessante nesse livro é que todos os depoimentos vêm sem a mínima crítica. Valem todas as modalidades, tudo quanto se inventou, tudo o que se faz.

Ana Verônica - No entanto, no livro como um todo, do jeito que ele está estruturado, há uma ênfase na masturbação. Seja ela praticada a um ou a dois, há em relação a ela uma nítida preferência. Pode ser que isto ocorra por se tratar do tema mais novo, isto é, mais proibido. Então tudo vale, tudo está certo, não há crítica alguma, não há restrição nenhuma, mas, no conjunto do livro, há uma valorização. Tem muito mais de uma coisa do que de outra.

Gaiarsa - Mas, veja; eu já cheguei a falar muitas vezes nisso, na masturbação como escola de sexualidade. Ela defende a idéia, e eu concordo. Ela diz: "olha, não sei se é melhor, mas comece por aí que sozinho é mais fácil você se conhecer". Então, de novo como etapa, eu ainda acho positivo.

Claro que eu não estou dizendo que a Shere Hite quis fazer isto, não sei se ela tem esta noção, mas o livro é oportuno até nesta distorção peculiar de muita masturbação. O livro diz "olha, experimente o seu corpo, que é um instrumento musical grandioso". Aliás, a fisiologia nos diz que, em nosso corpo, há de 2 a 3 milhões de pontos sensíveis. Não há playground comparável a esses. E desses 3 milhões de pontos sensíveis, nós usamos uns cem mil, se tanto. Porém, não têm fim as combinações possíveis, o que é aliás a função da eterna dança de homem-mulher, num encantamento que não tem mais fim. Claro, com 3 milhões de pontos sensíveis, eu posso passear por eles por séculos e séculos, que eu jamais repetirei algo. Evidentemente isso com uma abertura total no assunto.



**ANA VERÔNICA: "O certo parece ser usar o corpo inteiro; ao menos tentar"**

Ana Verônica - O que eu senti é que, no livro, as mulheres não têm um corpo inteiro, mas, fundamentalmente, dois mamilos e uma vagina. E, na vagina, tem fundamentalmente um clitóris. Então, o livro dá uma ênfase extraordinária ao clitóris. A maioria dos capítulos não é nem masturbação, é clitóris.

Fábio - O que parece a oficialização de uma coisa que é uma tolice. Porque, pelo jeito, é mais ou menos aquela idéia de Marcuse, de que a gente está fragmentado em ilhotas eróticas.

Ana Verônica - Aí vem outro problema que eu percebi: o certo e o errado, de que a gente não consegue fugir muito. Eu não sei direito o que é certo e o que é errado, mas, em todo caso, eu às vezes costumo pensar que o certo é procurar alguma coisa que use o corpo inteiro, que tenha pelo menos essa pretensão, tenha isso em vista. E eu sinto que esse livro não só não dá essa perspectiva, como, pelo contrário, fecha essa perspectiva; ele diz "não é nada disso. O prazer da mulher - 3.500 mulheres - é no clitóris. A luta delas é porque o homem não quer aceitar a idéia de que tem que manipular o clitóris e, por isso, as mulheres ficam infelizes; elas têm que se masturbar."

Movimento - Mas até que ponto essa ênfase no clitóris não teria por intenção se opor à ênfase geralmente dada ao orgasmo vaginal?

Fábio - Isso me parece uma solução do tipo da de uma estatística certamente trágica que eu li recentemente. Descobriram que as pessoas, em Londres, viviam tão solitárias que beijavam os seus televisores cada vez que aparecia um artista em close. Então, os camara-

das do "ibope" lá de Londres, que dizem ser muito melhor que o daqui do Brasil, descobriram isso e encontraram a solução "perfeita": a televisão começou a dar de 30 a 40% a mais de close de artistas por programa. E, então, vai ver que a solidão das pessoas "ficou" absolutamente resolvida porque elas podem beijar os seus televisores, inclusive a cores. Na medida em que eu me fixo só no clitóris, eu troco o homem por um vibrador ou por alguma coisa desse tipo.

Gaiarsa - Penso que ou os homens e as mulheres trabalham juntos, ou ninguém vai conseguir nada, a não ser uma masturbação solitária. Aliás, nesse livro deveria ter uma parte masculina com a mesma minúcia de relatos individuais, pra gente tentar casar bem as coisas. Sabe, o Kinsey não tem praticamente opiniões no seu trabalho. Este, ao contrário, tem poucos números e quase que só opiniões pessoais. E há nele muitas críticas chatíssimas aos homens, que eu acho justificadas. A minha experiência pessoal, de consultório, é meio desalentadora. No meio de dez mulheres que eu cuidei, nove tinham queixas muito amargas da falta de originalidade do homem, da rotina, da precipitação. Três minutos, vira-se de costas e pronto.



**FÁBIO: "Quem não suprir suas necessidades básicas, dificilmente terá prazer"**

**Ana Verônica** - Pensando bem, acho que eu estava sendo um pouco injusta com a autora do livro. Eu estava cobrando do livro que ele fosse um ensaio; que a Shere Hite desse uma linha. E eu estava chateada porque o pouco de linha que ela dá, realmente cabe na crítica que eu fiz - eu assumo a crítica nesse ponto. Mas, ao mesmo tempo, eu acredito que isso seja uma descrição do que ela encontrou. E é; ela encontrou isso mesmo. Ela encontrou as mulheres carentes, loucas pra se garantir um orgasmo. Provavelmente a Shere Hite não encontrou as mulheres falando do resto do corpo, e isto é triste. As mulheres não querem contato provavelmente - a dedução é minha - porque estão loucas pra ter orgasmo o mais rápido possível; têm que se garantir, têm que achar o caminho pro gozo.

**Movimento** - Mas o livro tem algumas perguntas sobre como seria uma relação satisfatória. E as mulheres, em geral, dão uma ênfase grande às carícias e tudo o mais. E, em geral também, se queixam da falta de tempo, de atenção ou de vontade disso por parte dos homens. Quer dizer, mais do que as mulheres não quererem contato maior, esta parte lhes tem sido negada, mesmo que elas a solicitem explicitamente.

**Fábio** - É que as relações se restringem a pequenos pedaços do outro. A penetração, por exemplo, ela pode ser pensada apenas como a introdução do pênis na vagina. Mas, eu posso pensar que, na penetração, primeiro eu me deforme, porque está acontecendo uma coisa comigo que não acontece normalmente. Eu sinto uma tensão, uma tensão altamente desejável e querida. Então, eu me deforme. E a minha companheira também se deforma para me receber. Isso quer dizer que eu não sou um só para sempre. Cada vez que se entra em contato com o outro, a gente se deforma ou então se altera um pouco porque a presença do outro transforma. Este é o modelo da penetração.

**Gaiarsa** - Interpenetração é que seria o termo.

**Fábio** - Claro. E eu entro num universo afetivo, e não numa coisa masturbatória do tipo "eu sou assim, e eu resolvo as minhas coisas assim". Nesse caso, o outro não passa de um boboca que não tem utilidade nenhuma, que pode ser substituído por algo mais barato num *porno-shop*.

Ao entrar em contato com o outro, eu vou me deformar, e o outro também vai se deformar, quer dizer, vai sair de outra forma. E essa outra forma pode permanecer muito tempo depois de eu acabar de ter uma relação sexual.

**Gaiarsa** - Em certas relações sexuais praticadas com um certo desligamento da pessoa, o pênis funciona realmente como se fosse um lugar de passagem de uma energia muito forte. Isso dá uma sensação de força, de grandeza, que a ciência machista diz ser o elemento mais positivo; mas que não tem nada a ver com o orgasmo doce e derretido, o orgasmo que dá essa sensação de derretimento, de se diluir no outro.

Quando, na relação, pressente-se a chegada disso, quando se começa a sentir essa doçura, esse derretimento, em geral mais do que rapidamente agarra-se um ao outro e acelera-se o ritmo de modo a apressar o orgasmo, que vem nos livrar dessa sensação "perigosa" de perda da identidade no outro.

À medida que vão sendo reduzidos os fatores que geram a ansiedade e que exercem uma pressão muito grande contra o orgasmo, este vai mudando sensivelmente de qualidade e a primeira sensação que se tem é de perda. Porque ele perde a violência. Ele perde a força e a intensidade; ele vai se tornando outra coisa que não é forte, que não é intenso, que não é violento. Mas, se eu posso dizê-lo, vai ficando cada vez mais profundo, cada vez mais quente, cada vez mais dentro. Olha, a palavra que me vem é aurora boreal: um negócio bem grandioso e em "câmara lenta". Ou, então, um brinquedo muito alegre. Aliás, diga-se de passagem, o orgasmo há muito tempo está na classe das coisas sérias, das coisas necessárias, importantes, de que a gente fala engrossando a voz, com ar sério, e em que se exclui completamente o elemento brinquedo. Mas, o fato é que quem não conheceu orgasmos alegres realmente perdeu uma coisa muito importante na vida.

**Movimento** - Mas por que isso estaria acontecendo?

**Fábio** - Estou pensando que é muito difícil, por exemplo, uma pessoa passar quinze dias sem comer e depois se sentar na mesa de jantar, numa noite de grande gala, e comer muito bem educadamente. Eu creio que muito da ansiedade, muito dessa crise é como se se dissesse "bom, tô há quinze dias sem comer, vou agora é me preocupar mais com encher a barriga do que fazer gracinhas".

Essa coisa tem algo a ver com outra, que é sempre a questão da miséria. Porque eu posso começar a me refinar quando eu tenho as minhas necessidades básicas satisfeitas. Enquanto eu não tenho esse mínimo, enquanto estou sendo sistematicamente violentado nas minhas necessidades, é muito difícil eu fazer alguma coisa por prazer. De tal maneira que, quando a gente faz sexo, a gente está fazendo política, está sendo um pouco subversivo, porque ao regime interessa que as pessoas fiquem muito isoladinhas umas das outras. De alguma maneira, toda repressão visa isso mesmo, deixar como está. E para deixar como está, tem que restringir a movimentação. E para restringir a movimentação, tem que fazer restrições ao corpo. Porque, na medida em que as pessoas vão se juntando, elas se separam enriquecidas umas das outras.

\* Hite, Shere - **O Relatório Hite**. Rio de Janeiro, Difel, 1978

CENSURA ÀS ARTES



## Ainda crepitam as fogueiras da Inquisição

Um ano de reclusão: esta foi a pena que o Conselho Permanente de Justiça da Quarta Circunscrição Militar impôs ao pintor mineiro Lincoln Volpini. Seu "crime": ter pintado um quadro - "Penhor de Igualdade" - considerado subversivo pelas autoridades militares. O quadro consiste numa chapa quadrada de madeira, no alto da qual, placas superpostas de madeira em formato de losango, tendo um círculo no centro, representam a bandeira nacional. No interior do círculo, um ponto de interrogação. Abaixo dos losangos, uma foto mostra uma criança em condições miseráveis. No fundo da foto, quase despercebido, um muro apresenta a inscrição "Viva a Guerrilha do Pará-73". Sobre a foto, está presa uma corda.

O que Volpini pretendeu foi mostrar "a imagem de um país desenvolvido sob o signo da ordem e do progresso para quem tem dinheiro, e não para uma maioria que continua sem ordem e sem progresso".

Os símbolos utilizados são tão óbvios que a última coisa de que o autor poderia ser acusado é de estar tentando esconder algo. Mas, o que há de criminoso no quadro?

O ponto de interrogação no interior do círculo da bandeira foi explicado por Volpini do seguinte modo: "a bandeira não seria um símbolo da nação, mas puramente o símbolo de um governo que obviamente não representa a população como um todo, pois nenhum governo o faz". Alguém poderia negar essa afirmação? Ninguém, e principalmente aqui e agora, onde e quando a nação, quase em uníssono, clama pelo fim de um regime de arbítrio e pelo estabelecimento de um poder democrático.

A corda sobre a foto - alegam os acusadores - seria "na realidade um arame farpado". Representaria, portanto, o aprisionamento, a repressão. Mas o próprio julgamento do pintor não é, por acaso, a prova mais eloquente dessa repressão?

E, com relação a foto, o muro com a inscrição favorável à guerrilha existia mesmo, em Belo Horizonte. Não foi in-

ventado. A criança, no primeiro plano, representa a miséria. E alguém ousaria negar a existência da miséria?

Ao que parece, o "crime" do pintor consiste em ter mostrado uma realidade sobre a qual alguns querem que se silencie.

Artistas, intelectuais e entidades democráticas do país inteiro já se manifestaram contra esse atentado à liberdade de expressão. A Associação Brasileira de Críticos de Arte veio a público "estranhar e condenar" a atitude censural. Talvez mais apropriada que a palavra estranheza seja a palavra indignação. De fato, se pensarmos a arte não apenas como objeto de prazer, mas, também, como meio de compreensão do real, não poderemos estranhar acontecimentos como esse. As forças obscurantistas sempre moveram contra a livre criação artística uma perseguição implacável. O "ze-lo" político ou religioso, a "salvaguarda da moral, da decência e dos bons costumes", ou, mesmo, a defesa de dogmas estéticos têm sido os motivos de numerosas coerções a artistas que se recusam a enxergar o mundo com a ótica dominante.

O "piedoso" Savonarola, em nome do combate à obscenidade, fez queimar em Florença montanhas de quadros e livros. Antecipou-se, assim, em quase cinco séculos à piromania nazi-fascista. Michelangelo, Bosch, Goya e Manet - para citarmos apenas alguns dos maiores - tiveram obras estigmatizadas, ameaçadas, danificadas ou, mesmo, destruídas por algum tipo de censura. Em pleno século XX, na ultracivilizada Nova Iorque, Siqueiros teve um de seus murais desmantelado. Nele, a figura central era um camponês mexicano pregado na cruz, sobre a qual pousava a águia norte-americana.

A condenação de Lincoln Volpini mostra que, ainda hoje, não estão apagadas as fogueiras da Inquisição. Mas, enquanto houver homens, com lunetas ou pincéis, debruçados sobre a realidade, buscando intensamente compreendê-la, será lícito dizer: "Todavia, se move". (JTA).

**CRECHES**

# Convênio beneficia 775 crianças

*Diário de SP 17/8/78 Pg. 11*

Seis convênios e dez aditamentos de contratos com entidades assistenciais, beneficiando os setores de Assistência à Infância, Orientação Sócio Educativa ao Menor e Atendimento às Populações com Problemas de Subsistência, foram firmados ontem no Ibirapuera, em solenidade presidida pelo prefeito Olavo Setubal.

Todos aqueles programas estão sendo executados pela Coordenadoria do Bem Estar Social, órgão da Secretaria das Administrações Regionais.

No setor do Programa de Assistência à Infância foram assinados quatro convênios e mais sete aditamentos, beneficiando 775 crianças. O objetivo desse plano é atender, através de uma rede de creches, crianças com idade até seis anos, que são acolhidas por unidades municipais, particulares ou conveniadas.

Dentre os convênios firmados ontem, o coordenador do Bem Estar Social, Maria Victória Correa da Fonseca, destacou o que foi assinado com a Casa de Saúde Santa Marcelina, para o atendimento a 300 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. «Este convênio é extremamente significativo para a Coordenadoria do Bem Estar Social, quer pelo elevado número de crianças o qual já firmado com a Atividade de Assistência à Infância bem como pelo fato desta entidade localizar-se na área da Administração Regional de Itaquera-Guaratuzes, na zona Leste da cidade,



Creches continuam recebendo verba da Prefeitura

Área carente de recursos sociais para o atendimento à população. Significativo, também, porque embora sendo uma entidade do campo da saúde, a Casa de Saúde Santa Marcelina vem desenvolvendo, com a Coordenadoria, uma ampla atuação no setor social, através de cursos de For-

mação Rápida do Mão-de-Obra e de Serviços de Orientação Sócio Educativa ao Menor.

Além da Casa de Saúde Santa Marcelina, foram beneficiados pelos convênios as seguintes instituições: Ação Comunitária Paroquial de Guaratuzes, Lar Redenção e Sociedade Ben-

feitara Jaguaré. Todas receberão Cr\$ 575,35 pagamento «per capita» por 70 por cento da capacidade de atendimento da creche.

Os sete aditamentos foram efetuados com estas entidades: A Nossa Casa da Criança, Obras Educacionais e Sociais Frei Luiz Amigo, Centro

do Promoção Social CAnego Luiz Biassi, Centro Social Fê a Alegria, Centro Social Leão XIII e Ação Comunitária Paroquial de Guaratuzes (com dois aditamentos).

**OSEM**

Na área da Orientação Sócio Educativa ao

Menor (OSEM) foi assinado um convênio para 40 menores e três aditamentos beneficiando 169 menores, o que aumenta de 220 para 380 a capacidade de atendimento das unidades.

Aquele programa da Coordenadoria do Bem Estar Social visa o desenvolvimento de atividades em núcleos, mantidos por entidades, envolvendo crianças de 7 a 14 anos, com o objetivo de evitar a sua marginalização. O pagamento «per capita» é no valor de 1/3 do valor padrão — Cr\$ 1.150,70 — por 70 por cento da capacidade de ocupação da unidade. O convênio foi firmado com a Sociedade Amigos dos Jardins Taipas, Marilú e Shangrilá e os aditamentos com os Centro Itaquereense das Famílias Amigas, Centro de Orientação à Família e Casa de Saúde Santa Marcelina.

**Atendimento à população**

Apenas um convênio foi firmado na área de Atendimento às Populações com Problemas de Subsistência, com valor mensal de Cr\$ 74.795,50. A entidade beneficiada foi o Centro Espírita Adolfo Bezerra de Meneses, que recebe por mês a importância relativa a 65 vezes o valor padrão que é de Cr\$ 1.150,70.

Na presidir aquela solenidade, o prefeito Setubal destacou a importância da ação conjunta entre o Poder Público e as entidades particulares na área da assistência social.

# Mulheres contra mudança na CLT

MAGDA DE ALMEIDA  
Da sucursal do RIO

Há 10 anos, uma passeata nos Estados Unidos inclava a retomada do movimento pela emancipação da mulher em todo o mundo. Mesmo correndo o risco de serem ridicularizadas, elas, nesta última década, se organizaram de acordo com suas possibilidades para defender seus direitos e princípios: "Não uma luta contra os homens, mas uma luta de classes".

No Brasil, sem cartazes ou passeatas, as mulheres preocupadas em esclarecer a sua situação social estão dispostas a contestar as novas modificações a serem introduzidas na CLT, mostrando-se dispostas a não permitir que essas alterações cheguem ao Congresso com as deformações já denunciadas em diversos encontros nacionais e regionais, o último deles realizado quinta-feira, no Rio.

Convidado especial do encontro, o coordenador do projeto que altera a CLT, ministro Arnaldo Sussekind, pode sentir a força e a disposição das líderes feministas mais atuantes. Ouvia as queixas de que as alterações estão sendo feitas sem que a mulher trabalhadora delas participe.

## TRABHADORA

Pelo censo de 1970, 60% das mulheres empregadas recebiam até um salário mínimo, na indústria de São Paulo, por exemplo, em funções que não exigem qualificação, encontra-se uma mulher para cada 3 homens; nas funções superiores, uma mulher para cada 19 homens. Naquelas atividades em que se ganham de 10 a 30 salários mí-

nimos mensais, 6 mulheres para 32 homens. Apenas 300 mulheres ganhavam mais de 30 salários mínimos, contra 40 mil homens. É ainda o IBGE quem revela: acima de 3 salários mínimos, encontram-se 18 mulheres para cada 100 homens.

Esses dados não pareceram impressionar o ministro Arnaldo Sussekind, mas é isso o que o Centro Brasileiro da Mulher, que funciona no Rio e já se prepara para ramificar-se por todo o País, vem usando, a fim de provar "a que ponto chega a discriminação contra a mulher, num País que se pretende moderno e progressista". Disse Sussekind, como resposta: "É indistigável a existência da discriminação em quase todos os setores da atividade humana e sabemos que não há nenhuma base científica para tanto. Por isso, acreditamos que a reforma, da CLT neste aspecto virá beneficiar a mulher brasileira e só a ela".

Caso seja aprovado o projeto do Ministério do Trabalho, antigas barreiras — assim as define o ex-ministro do TST — deverão ser derrubadas. Tanto o trabalho noturno quanto a prestação de horas extras, hoje legalmente proibidos, serão franqueados às trabalhadoras. Também se permitirá, oficialmente, a presença feminina nas obras de construção civil, condicionada à autorização expressa das Delegacias Regionais do Trabalho. Qualquer contrato de trabalho que contenha discriminação em razão do sexo do empregado será considerado nulo.

Se para a comissão Interministerial que aprovou o anteprojeto ele se constituiu numa "peça de grande valor para a mulher brasileira", assim não pensam as dirigentes feministas, como Maria Teresa Lopes Teixeira, do CBM, que vê o problema

de outra forma: "Embora a CPI, criada pelo Congresso para examinar a situação da mulher brasileira tenha realizado 20 reuniões e coletado 35 depoimentos, parece que a mulher trabalhadora ao ser ouvida. Em São Paulo já ocorreram três encontros de mulheres trabalhadoras e, em pelo menos dois deles — das metalúrgicas e das químicas — foi geral a discordância com relação ao projeto".

Segundo Maria Teresa, a permissão de trabalho noturno e de horas extras não visa melhorar a situação da mulher, "mas baratear o custo da mão-de-obra, prejudicando o conjunto dos trabalhadores". Fazendo suas as palavras de várias trabalhadoras ouvidas numa pesquisa, ela afirmou: "Vão nos igualar aos homens, mas por baixo. Nós vamos poder fazer serviço chato e cansativo, que eles não querem fazer".

## TELEGRAMA

Regina Ribas, 31 anos, jornalista experiente, respondeu há 15 dias a um anúncio para relações públicas de uma fábrica. Na última terça-feira, recebeu um telegrama da empresa pedindo seu comparecimento para uma entrevista preliminar. A fim de pedir melhores esclarecimentos, ligou para o departamento de seleção da companhia e, entre ela e o chefe do setor, travou-se o seguinte diálogo:

— Não era para a senhora receber o telegrama.

— Por quê? Por acaso meu currículo não agradou?

— Não se trata disso. Deve ter havido um equívoco, porque o seu currículo foi selecionado, sim, mas posteriormente teve de ser enviado à chefia, onde foi vetado.

— E por que foi vetado?

— É que a senhora é mulher...

Mas não é só como rela-

ções pública, cargo onde a mulher geralmente se dá melhor que os homens, que a discriminação pode ser detectada. Conta Maria Teresa Lopes Teixeira que marginalização semelhante atinge também as arquitetas e engenheiras. Num recente levantamento "sem maiores compromissos", constatou-se que as reclamações destas últimas eram sempre as mesmas. Como lhe disse uma arquiteta amiga: "Além de ganharmos menos que os arquitetos, nosso trabalho se limita a arrumar as plantas que eles produzem ou a fazer desenhos esporádicos".

A mesma queixa têm as engenheiras, que, por lei não podem exercer certas funções, ainda que típicas da carreira que escolheram, como trabalhar em fundações ou andaimes. Declarou Maria Teresa: "Eu nunca vi uma construção onde não fossem indispensáveis os andaimes e as fundações".

Diz o artigo 384 do projeto: "Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande a utilização de força muscular superior a 20 quilos para o trabalho ocasional". Comentou Maria Teresa e, com ela, todo o Centro Brasileiro da Mulher:

"Na construção civil, por exemplo, restará à mulher a ocupação de servente, por sinal a de mais baixa remuneração e que não vem sendo suprida convenientemente pela mão-de-obra masculina, hoje preenchendo funções que exigem alguma qualificação profissional".

No que diz respeito à duração da jornada de trabalho, o projeto derruba as dificuldades que a legislação em vigor coloca para o empregador que necessita prorrogar a jornada de suas trabalhadoras. Pelo projeto, a mulher é colocada em pé de igualdade com o homem, bastando que ela tenha sido

julgada apta para o trabalho suplementar num exame médico obrigatório.

Disse a dirigente do CBM: "Ninguém exige esse atestado médico para os homens. Sabemos que, quanto mais baixo o salário, mais o trabalhador se vê obrigado a fazer horas extras. Sabemos também que este tipo de trabalhador não goza de uma saúde tão boa que o capacite a enfrentar uma jornada de até 12 horas diárias. Por que então essa exigência para a mulher?"

## DUPLA JORNADA

Falando em termos mais científicos, o economista Francisco de Oliveira, da Fundação Getúlio Vargas, lembrou que, mesmo quando recrutada para a força de trabalho, "a mulher operária não deixa nunca de produzir valores de uso doméstico. Rigorosamente, pode-se falar em uma dupla jornada de trabalho da mulher operária: o trabalho que executa na fábrica e aquele que, antes e depois da fábrica, ela executa no lar, como preparação da comida, lavagem de roupas, reparo do vestiário e o cuidado dos filhos. Não se deve esquecer ainda uma triste coincidência: o aumento da mortalidade infantil e do abandono do menor está inelutavelmente ligado ao emprego da mulher operária como força de trabalho".

Para Francisco de Oliveira, embora a CPI pedisse o cumprimento da legislação que obriga as empresas a manterem creches, o projeto de lei que libera a mulher para o trabalho noturno e para as horas extras "continua omissivo".

"Diz a lei que o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do Comércio, as entidades sindicais, a LBA e outras entidades públicas subvencionarão ou manterão as creches, escolas maternas e jardins de infância, distribuídos pelas zonas de maior densidade de trabalhadoras. Ora, estando esta responsabilidade diluída por tantas entidades, o problema das creches, das escolas maternas e dos jardins de infância jamais será resolvido. O que dizer das nossas escolas de quatro e três horas, quando as mães enfrentam uma jornada de oito horas de trabalho? Com quem ficam os filhos quando saem da escola?"

# A greve dos 100 mil

80 mil professores pararam em São Paulo, juntando-se aos 20 mil do Paraná.

Quase 80 mil professores das redes de ensino estadual e municipal entraram em greve no Estado de São Paulo, na semana passada, de acordo com informações do Comando Geral da Greve. No Paraná, outros 20 mil, aproximadamente, mantinham-se em congresso permanente, sem ir às escolas. Com isto, mais de 1,5 milhão de alunos estão sem aulas.

As greves contam com o apoio geral da comunidade, principalmente dos estudantes e seus pais, aqueles que acompanham mais de perto o drama do professor de primeiro e segundo grau, cujo número ultrapassa hoje a casa de um milhão no país.

Mas a repressão também se fazia sentir - com maior intensidade na periferia ou cidades menores. As emissoras de rádio e televisão estão proibidas de noticiar qualquer coisa a respeito do movimento.

Os mestres paranaenses querem um piso salarial de 5 mil cruzeiros. Os paulistas querem aumentos de 27 a 38%. Nos dois estados também são reivindicadas melhores condições de trabalho. (Na foto ao lado, aspecto de uma reunião dos professores paulistas, na semana passada.)



Foto: Sandra Adams

A pequena cidade de Marumbi, na região centro-oeste do Paraná, transformou-se na semana passada num dos símbolos de resistência do movimento grevista dos professores do Paraná, que entra em sua quarta semana. Lá, um único professor continua em congresso permanente.

Todo dia, depois de informar-se por telefone com a direção do movimento, em Londrina, caminhava serenamente para o colégio "José Joaquim da Silva Xavier". E, enfrentando a ira de seus superiores e a aparente indiferença de outros 12 professores estaduais existentes na cidade de 8 mil habitantes, permanecia postado no corredor, sem dar aulas.

Marumbi, apesar das atenções que despertou, era uma pequena ponta da imensa onda de protestos e reivindicações que continuava a crescer na semana passada entre os professores de todo o país.

A adesão de São Paulo ao movimento iniciado semanas atrás, no Paraná, foi um dos fatores determinantes para que a onda continuasse a engrossar. Na sexta-feira, a paralisação havia atingido 1.700 escolas paulistas, abrangendo cerca de 80 mil professores das redes estadual e municipal, segundo informações do Comando Geral da Greve. E prometia continuar crescendo: se de um lado o governo insistia em dizer que os professores não tinham motivos para entrar em greve, aqueles reafirmavam sua decisão de prosseguir "até a vitória". A decisão havia sido confirmada numa assembléia de 4 mil professores realizada no Colégio "Boni Concilii", no centro de São Paulo, dia 23. Outros cinco mil professores paranaenses também haviam reafirmado, três dias antes, sua intenção de continuarem em congresso permanente, até que fossem atendidos.

## "Igual capim seco"

"Isso é que nem capim seco - uma coisa imprevisível" - dizia a *Movimento* um dos membros do Comando Geral da Gre-

ve em São Paulo, realçando o espírito de descontentamento existente entre os mestres. A mesma idéia era defendida pela presidente da Confederação Nacional dos Professores, Maria Telma Lopes Cançado, que representa cerca de 1 milhão e 700 mil professores. Advertia também sobre a possibilidade do movimento grevista atingir Minas Gerais.

No mesmo dia em que Maria Telma dava suas declarações em Belo Horizonte, 500 professores alagoanos, de segundo grau, participaram em Maceió de uma agitada reunião com o secretário da Educação do Estado, para discutir os mesmos problemas que movimentam São Paulo e Paraná: salários e estatuto do magistério. Um dos muitos professores que discursaram, disse, inflamado: "Senhor Secretário - nós não aguentamos mais este salário ridículo, nem tampouco esta discriminação profissional". Com a tensão dominando o ambiente, o secretário Edmilson Pontes acabou reconhecendo que 1.800 cruzeiros mensais não é um salário justo para professores de segundo grau.

## As mães e a participação

Mas não é apenas a sensação de união entre os professores de vários estados que torna o "capim seco" mais suscetível ao "fogo". Os pais também têm incentivado os mestres. Em Londrina, Norte do Paraná, 900 pais fizeram assembléia e lançaram um abaixo-assinado de apoio, que, em seu segundo dia já contava com 20 mil assinaturas. Mães da região do M'Boi Mirim, bairro paulistano, foram à assembléia dos professores ler um manifesto de apoio: "Nossa intenção é de participar nos rumos deste país, inclusive na área de ensino".

De acordo com *Folha de S. Paulo*, as mães sequer estavam enviando seus filhos às escolas, para não atrapalhar os professores. E os alunos também deixaram de ir às aulas. Mas não só. Na Esco-

la Professor "Eurico Rezende", São Paulo, 300 secundaristas realizaram uma concentração para ler em conjunto um manifesto de apoio aos seus mestres. Em Ibiporã, no Paraná, 50 colegiais declararam-se em congresso de solidariedade.

Na semana passada, pelo menos 1 milhão e 300 mil estudantes estavam sendo afetados pela greve dos professores paulistas, de um total de aproximadamente 3 milhões e 400 mil existentes no Estado.

## "Cassetetes gigantes"

A União dos Diretores das Escolas Oficiais apoiou os professores grevistas, assim como dezenas de outras entidades, entre as quais vários sindicatos metalúrgicos. No Paraná, numa só cidade, Paranavai, 11 dos 13 diretores estaduais pediram demissão de seus cargos e aderiram ao movimento, diante da insistência do governo para que denunciassem os companheiros faltosos.

Essa imensa onda, porém, não corre sem obstáculos. A repórter Tânia Angarani ouviu diversos professores da periferia de São Paulo, constatando que ali a polícia agiu mais à vontade do que no centro, pressionando os professores. Eis alguns depoimentos de professores à repórter:

- Professor da Escola "José Enes", no bairro do Itaim: A direção chamou a polícia, que apareceu. Não sabemos que tipos de policiais eram. Vieram ameaçar as professoras primárias. Mas a greve continuou.

- Professor da Escola "Justiniano de Resende", no município de Suzano, região da Grande São Paulo: No dia 22, por volta das 20 horas, um ostensivo aparato policial aguardava as professoras à saída da escola. Os policiais estavam devidamente equipados com esses cassetetes gigantes. Saímos calmamente, em ordem. Mas esse aparato ame-

drontou muitos professores, que vacilaram.

Na Escola Estudantil "Alberto Torres", no Butantã, o repórter *Domingos de Abreu* recebeu ordens da diretoria para ficar pelo menos a 100 metros da escola. Ou então ela chamaria a polícia. Com a ajuda de dois guardas da escola, a diretora conseguiu levar o repórter pelo menos até o portão, onde foi rodeado pelos estudantes que lhe narraram o seguinte: no dia anterior, policiais haviam ocupado a escola, a pedido da diretora, identificando todos que entravam ou saíam. Os alunos foram obrigados a permanecer nas salas, mesmo com os professores ausentes.

No Paraná, o secretário Eleutério Dalazen, da Educação, determinou a substituição em massa, a partir desta semana, de todos os professores que não retornarem às aulas.

### Escondendo a realidade

Também se colocam contra os mestres entidades cujo verdadeiro papel seria apoiá-los, como a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, que só cedeu a sua sede para o Comando Geral da Greve, depois de ter sido praticamente ocupada à força. Em represália, cortou os telefonemas para que os grevistas não entrassem em contato com o interior. Foi inútil. E os telefonemas foram religados na sexta-feira.

Apesar de todas estas pressões e outras que o governo tem feito, e apesar de estar proibida a divulgação do assunto em todas as emissoras de rádio e televisão, os professores têm dado demonstração de uma vitalidade poucas vezes presenciada em toda sua história. Por mais que o governo tente minimizar o movimento torna-se cada vez mais impossível esconder a realidade: afinal, são quase 100 mil grevistas no Paraná e São Paulo. E que contam com o apoio da maioria esmagadora dos estudantes e seus pais.

## “Não há outro caminho”

A presidente da Confederação Nacional dos Professores diz que os professores estão cansados de pedir. E apóia a greve.

A pedagoga mineira Maria Telma Lopes Cançado é hoje a mais alta autoridade entre os quase 1,6 milhão de professores existentes no país. Desde janeiro é a presidente da Confederação dos Professores do Brasil, eleita no Congresso Nacional de Mac

ias de Belo Horizonte, cargo que ocupa desde 1969.

Na semana passada, ao retornar de um congresso mundial de professores realizado em Jacarta, na Indonésia, Maria Telma falou a Movimento sobre as recentes manifestações dos professores. Numa entrevista ao repórter Aloisio Moraes, ela apoiou as greves de São Paulo e do Paraná e advertiu que o mesmo poderá acontecer em Minas nas próximas semanas.

M - Como você explica a crise existente hoje no magistério?

MT - Em primeiro lugar não é uma situação que surpreende ninguém. Este estado de calamidade e penúria existe há longos anos. Existem, por exemplo, cerca de 200 mil professores com contratos unilaterais, que não tem sequer assegurado o direito à CLT. Em Minas, mais de 60 mil mestres recebem menos que o salário mínimo. Estes fatos geralmente não chegam ao conhecimento da população, enquanto que os poucos diálogos que conseguimos manter com as autoridades não têm resultado em nada.

M - Dentro desse quadro, só resta a greve?

MT - Acredito que é um caminho. Aliás, não há outro caminho para que as autoridades entendam as reivindicações dos professores, a maioria delas até tímidas, pois não pedimos nada além do que assegura a legislação federal.

Me parece que as nossas autoridades entendem que ensino gratuito é professor ficar lecionando gratuitamente. Não valorizam o nosso trabalho.

M - Como vocês têm encaminhado seus problemas junto às autoridades do governo?

MT - Já tivemos os mais variados contatos e os resultados são nulos. Tivemos uma audiência com o presidente Geisel em abril de 1976 e entregamos um documento mostrando todos os problemas. Não tivemos resposta até o momento. Em maio de 78 tivemos uma entrevista com o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto para tratar especificamente dos professores contratados (precários) e também não tivemos resposta ainda. Os mesmos proble-



Telma: “Já em 1976 falamos com Geisel. E não tivemos resposta”.

mas foram encaminhados também o ministro da Educação, Ney Braga, e nada de respostas também. De quatro em quatro meses enviamos às autoridades os resultados dos levantamentos feitos pela Confederação em todo o Brasil, onde analisamos a situação do pessoal.

M - Como você identifica os problemas do ensino com os problemas dos professores?

MT - O problema é o seguinte: o professor nunca é ouvido. No Congresso, por exemplo, tem um projeto de lei a ser votado que regula o salário do professor. Mas o interessante é que nenhuma entidade de classe foi ouvida a respeito, isso é até engraçado. Portanto, é de se concluir que o ensino vai mal porque o professor vai mal também.

Eu já tive contatos com todos os governadores e não teve um que não reconhecesse os problemas da classe. Mas todos são unânimes em dizer que não tem recursos. Então você fica impressionado com as grandes obras que vem sendo contruídas sem maiores significados para a população. Eles não tem dinheiro para os professores, mas vivem construindo obras faraônicas e secundárias, como os grandes estádios, que se alastram pelo país como se fossem obras prioritárias.

Tive que ir a Jacarta, na Indonésia, representar o Brasil num congresso mundial de professores. Batalhei a isenção do pagamento do depósito compulsório e eles não deram. Mas vivem concedendo todas facilidades para jogadores e misses. É uma palhaçada.

# A grande reunião

No Paraná, 3 mil professores decidiram: a greve continua. Nosso repórter Roberto Souza conta como foi a reunião.

O Ginásio de Esportes 28 de Janeiro, de Apucarana, NORte do Paraná, poucas vezes assistiu espetáculos tão emocionantes quanto o daquele ventoso domingo de agosto. Nas arquibancadas, quem batia palmas ou viajava não era nenhuma torcida inflamada. Nem a quadra servia para o embate de times finalistas de um campeonato.

Quem lotou as arquibancadas e a quadra do Ginásio de Apucarana, no último dia 20, foram cinco mil professores provenientes de 50 cidades do Estado, representando mais de 20 mil colegas. E o embate era para decidir se o movimento grevista dos professores de primeiro e segundo grau do Estado prosseguiria ou não.

Foi a mais importante demonstração de organização política de uma categoria profissional ocorrida no Paraná nos últimos 10 anos, apesar de ter sido marcada com apenas um dia de antecedência.

Ao meio-dia do domingo, quatro ônibus e cerca de 100 automóveis lotados de professores desfilaram pelas ruas de Londrina, cidade situada a menos de 200 quilômetros de Apucarana, carregando faixas e tocando buzinas. A caravana, ovacionada diversas vezes pela população, foram agregados outros grupos das cidades de Cambé, Rolândia e Arapongas. Quando chegou a Apucarana, eram centenas de carros e muitos outros ônibus que já estavam sendo aguardados por outras caravanas de cidades pelos como Maringá, Paranavai, Cascavel, Umuarama e Curitiba, formando um cortejo capaz de fazer inveja às grandes festas cívicas ou recepções de grandes políticos do passado.

No Ginásio, todos entoaram com firmeza o Hino Nacional. Numa das laterais, um grande cartaz pedia: "Dê-me o sofrimento suficiente para que eu cresça, mas que não me destrua. E a alegria suficiente para que eu tenha vontade de viver, mas que não me aliena".

O bispo Romeu Alberti, de Apucarana, escolhido para contatar com o governador Jayme Canet Jr. foi o primeiro a falar. Relatou seu encontro, falou da posição de Canet de não aceitar negociações com os grevistas e retirou-se, sob intensas palmas, depois de ter afirmado que apoiaria todas as decisões que fossem tiradas daquela assembleia.

Dezenas de oradores revezaram-se então ao microfone. Um deles, ao falar do amplo apoio que o movimento grevista recebe junto à comunidade, disse: "Até a polícia federal nos apoia". E apontou diretamente para um agente da polícia que vigiava o encontro e foi saudado com uma salva de palmas, ficando conhecido de todos.

No final, depois de muitos discursos, palmas, lágrimas e vaias, os mestres decidiram continuar em greve.

A assembleia ofereceu às autoridades uma grande lição de democracia. A delegação de Rolândia, autora de uma das propostas vencidas, ao terminar a votação pediu a palavra para declarar que, em nome da unidade dos professores, submetia-se à decisão da maioria. E exortou todas as outras cidades que votaram com ela a seguirem o mesmo caminho.

Assim a disposição de luta dos professores manteve-se.

## O que eles querem?

São Paulo: verbas para segurança crescem mais do que para educação. Os 200 mil professores querem salários justos.

Em muitos lugares, os professores tem recebido, nos últimos anos, aumentos menores do que os do próprio funcionalismo público, que já não acompanham sequer o aumento do custo de vida. Mas a carga horária de trabalho tem crescido assustadoramente. Milhares deles não têm sequer contrato de trabalho, exercendo o magistério a título precário, sem qualquer estabilidade. Para ganhar um salário razoável, muitos são obrigados a lecionar 44 horas semanais, o que implica em fatos inusitados como pessoas que são contratadas pelos professores para corrigir as provas de seus alunos. São vítimas constantes de perseguição política de todos nos níveis, como dizia na semana passada um professor a Tânia Angarani, de Movimento: "Se um professor não participar de um festejo cívico, tem desconto na folha de pagamento. Mas isso é pouco. O pior é que, se ele não for submisso, não conseguirá aula no próximo ano". E ainda enfrentam problemas de falta de equipamento para trabalho, como o elementar giz e apagador, que normalmente são obrigados a levar de casa. E vai por aí afora.

Não é um quadro dos mais alentadores. Nem justificável. A alegação de que faltam verbas é, no mínimo, estranha. No Estado de São Paulo, por exemplo, as verbas para a Secretaria de Segurança Pública cresceram 427,82% nos últimos três anos, enquanto que as verbas para a Educação cresceram a metade disto. De 1976 para 1977, as verbas para equipar a polícia de São Paulo cresceram

53%, enquanto as verbas para o ensino público cresceram apenas 13%.

É dentro deste quadro que surge o movimento grevista de São Paulo. A reivindicação básica dos quase 200 mil professores da rede municipal e estadual é o aumento salarial (1) a exemplo do que ocorre com os outros 40 mil do Paraná. Mas não é só. Eis algumas das reivindicações:

1. Aumento de 27% - Para os professores de nível 1, 2 e 3 - que lecionam da 1ª à 8ª série. Com este aumento os professores querem acompanhar o aumento do custo de vida, pelo menos em parte. É o mínimo que podem exigir. Para vigorar a partir de 1º de julho.

2. Aumento de 38% para o nível 2, a partir de 1º de maio. Estes professores, da rede municipal, tiveram seus salários congelados.

3. Sábados livres - Atualmente os professores são obrigados a permanecer na escola, nos sábados, para ajudar a administração ou a secretaria.

4. Hora/aula de 50 minutos - Anos atrás, o governo aumentou a hora/aula de 50 para 55 minutos, o que serve apenas para piorar a qualidade do ensino. (1) Mais da metade dos 180 mil professores da rede estadual recebem salários inferiores a 7 mil cruzeiros, de acordo com a Folha de S. Paulo de 25/8. Na área municipal, cerca de 70% recebem salários inferiores a 6,5 mil. Do total de professores da rede estadual, 107.528 são contratados em caráter temporário, não recebendo os benefícios que a lei teoricamente garante ao magistério.

## “Nós vamos ganhar”

**Benedita Ferreira, 30 anos de magistério, quer encontrar o governador para mostrar-lhe suas mãos calejadas.**

Entre as tarefas que traçou para seu futuro, a professora Benedita Aparecida Ferreira Pine pretende escrever um livro sobre as suas lutas como professora primária. Possui já um farto material coletado, anotações, e para levar adiante seu intento, falta-lhe apenas tempo, que espera conseguir com a aposentadoria próxima: dos 44 anos que viveu, 30 foram dedicados ao magistério, exercido em 10 diferentes regiões do Estado do Paraná.

Não é este o único objetivo da professora Benedita, uma senhora ágil e bem humorada, que leciona num bairro de Londrina e tem um salário fixo de 2.553 cruzeiros. A curto prazo ela espera ser recebida pelo governador do Estado, Jayme Canet Jr., para negociar as reivindicações dos milhares de professores grevistas. Ela foi eleita, juntamente com outros colegas, para representar os grevistas durante as negociações que o governo ainda se recusava a aceitar na semana passada.

Quando estiver com o governador, Benedita fará questão de mostrar a ele as suas mãos calejadas: “É para ele ver, cara a cara, a situação do professor primário”.

Na semana passada, ela conversou com a repórter Solange Paoliello, de Movimento. Vestida muito simplesmente e trazendo no rosto e nas mãos as marcas de uma vida de lutas, ela adiantou trechos de seu futuro livro e falou sobre a movimentação atual:

“Como muitas outras professoras, sempre fui doméstica, vendedora de produtos de beleza, coriadora de lenha, puxadora de água de poço. Lembro até que fui correspondente de jornal - saía à cata de notícia para completar o salário.

Andei por este Paraná todo. Vi escolas onde as professoras escreviam na porta da sala para completar o quadro negro. Vi alunos marcados pela revolta, mas sem poder gritar com os culpados.

Certa época, passei anos sem comprar um vestido ou um par de sapatos, rezando para não precisar ir a alguma solenidade e ter que tirar o guarda-pó. Naquele tempo, meus filhos ainda eram pequenos e meu marido trabalhava como motorista de ônibus da Viação Garcia. Meu marido sempre deu um duro danado. A gente comprava um pão pela manhã para dividir entre os cinco. Quantas vezes não fui para a escola sem ter comido uma fatia de pão. Foi desse jeito que consegui criar meus cinco filhos e pôr dois deles na Faculdade de Direito, com o crédito educativo.

Comecei como professora leiga e já fazia 20 anos que estava lecionando quando fiz o normal.



Foto: Nelson Seljanovic

Benedita: “O professor leva para a sala de aula a sua revolta”.

A situação não mudou muito. E foi por isto que entrei nesta luta. A base fundamental está corroída, a professora primária é desnutrida, compra em final de feira e banca de retalho. E leva pra sala de aula a sua revolta e por isso se vira contra o aluno chamando-o de burro e ignorante, como aconteceu com um dos meus filhos, que tomou antipatia da escola. Como pode um professor que ganha 1.600 cruzeiros por mês fazer mais do que fazemos?”

Não estou reivindicando apenas para mim, que já posso me aposentar, mas pensando na decadência do ensino primário. Mesmo que seja a única, não vou abandonar a luta. E nós vamos ganhar. As professoras já podem ir até aprontando a faca para o churrasco de comemoração. A causa é justa e sendo assim Deus só pode estar do nosso lado.

No começo meu marido estava descrente do movimento. Mas quando viajou com seu caminhão lá pras bandas do oeste e viu um lugarinho onde só tinha quatro professores e os quatro parados, aí ele acreditou. E me deu o maior incentivo. Agora até me ajuda no serviço de casa. Um dia desses cheguei em casa às três da manhã, que é o horário em que tenho chegado nestes dias de congresso, de movimentação. Cheguei pronta para lavar os pratos, mas o serviço já estava feito. Outro dia ele estava fazendo o jantar”.

# LEI DERRUBA FAVELA. E O FAVELADO?

J. da Vila p. 6  
ANO 1 n.º 6  
AGD/78

Um novo decreto pretende acabar com as favelas em São Paulo. No Jardim Botucatu, 150 barracos foram destruídos pela Prefeitura, que não conseguiu fazer a mesma coisa no Savério, por causa da resistência dos moradores.

Em junho, o prefeito Olavo Setúbal assinou um decreto transferindo para as Administrações Regionais da Prefeitura a responsabilidade de remover as favelas da cidade, antes a cargo da Secretaria dos Negócios Jurídicos. Um mês depois, a ação desse decreto já se fazia sentir em duas vilas da região: nas favelas do Jardim Botucatu e do Savério.

Na primeira, os barracos foram destruídos por escavadeiras e tratores no dia 8 de julho, um sábado de manhã, quando a maioria dos moradores tinha saído para trabalhar.

No Savério, a Administração Regional do Ipiranga não conseguiu fazer a mesma coisa. Os moradores, ao receberem a intimação para sair em dez dias, resolveram protestar. E não só ficaram no local, como conseguiram que a Prefeitura voltasse atrás da decisão anulando as intimações.

Diante do mesmo problema e com base no mesmo decreto, a Prefeitura tomou atitudes diversas, numa aparente contradição, só explicável pela maneira como os moradores, de um e

outro lugar, reagiram à destruição de suas casas.

## O caso do Jardim Botucatu

«Cheguei do serviço pra almoçar e vi a máquina derrubando tudo. Os fiscais vieram com 5 caminhões, uma escavadeira, um trator e uma viatura do Tático Móvel. Nem eu, nem ninguém estava sabendo que iam fazer isso. A maioria nem tinha acabado de montar o barraco. Teve gente que chegou com a mudança no dia seguinte e acabou dormindo no relento porque eles tinham destruído tudo», conta Arlindo Gonçalves Rocha, 53 anos, 8 filhos, ajudante de pedreiro, um dos moradores da favela do Jardim Botucatu.

Apesar do encarregado da Unidade de Cadastro de Regional do Ipiranga ter declarado ao *Jornal da Vila* que a área onde se construiu a favela «é particular, mas a Prefeitura desconhece o dono», os moradores dali sabem que ela pertence a Moacir Moraes. Contam inclusive que uma semana antes da demolição o advogado do proprietário avisou os favelados que iam ser desalojados dali.

Se a área é particular, como a Prefeitura pode tomar a iniciativa de desmontar a favela? Segundo o decreto, as Regionais são responsáveis «pela guarda e fiscalização das áreas livres de sua propriedade» que, no caso de serem invadidas por terceiros, devem ser de ocupadas. No terreno do Jardim Botucatu realmente há uma área da Prefeitura, um pequeno espaço no final da rua Isabel Góes. Isso poderia servir para justificar a ação da Regional, apesar do resto do terreno pertencer a Moraes.

Aliás, se os órgãos públicos quiserem considerar a favela apenas uma questão legal - e não o problema social que é - ainda haveria a justificativa de que a Prefeitura pode impedir a construção de barracos de madeira em áreas particulares. Com base nisso, outra favela que existe no terreno ao lado, também de



Quatrocentas mil pessoas vivem em favelas em São Paulo

Moacir Moraes, com cerca de cem barracos, será desalojada, até o dia 30. O proprietário recebeu intimação da Regional para pagar uma multa de 60 mil cruzeiros porque permitiu a construção de barracos de madeira em seu terreno. Evidentemente será mais barato desalojar os moradores do que pagar a multa.

## Protesto conjunto

No Savério, assim que souberam da intimação da Prefeitura para deixarem o local, as quarenta famílias que moram nos barracos à beira do córrego foram à Administração do Ipiranga.

Desde a luta contra o lixo e outras reivindicações que existem no bairro - canalização do córrego, esgoto, etc - que os moradores se reúnem para tentar resolver em conjunto seus problemas. Antes de ir reclamar na Regional, fizeram uma reunião onde favelados e não favelados resolveram protestar conjuntamente.

Os argumentos apresentados pelo administrador - de que «por ali vai passar uma avenida», ou de que «a

favela fica no meio da rua» ou ainda de que «recebi reclamações de vizinhos» - foram refutados pelos moradores. Presionado, Alfredo Rossi mandou-os à Secretaria das Administrações Regionais, onde foram recebidos pelo chefe de gabinete Morato Leite que, declarando-se surpreso com o fato, decidiu abrir uma sindicância para apurar os motivos da atitude da Regional.

Por fim, Rossi voltou atrás e declarou pela imprensa que tudo não tinha passado de um mal-entendido, que o prazo era «simbólico» e que os favelados podiam continuar no Savério.

Na verdade, amparos legais não faltam aos proprietários e à Prefeitura. Se quiserem desconhecer que a favela é um problema social, terão leis e decretos para isso. E a questão será encarada como uma simples «invasão de terrenos». Contra isso, há apenas duas atitudes: ou os favelados não reclamam de sua remoção, como no Jardim Botucatu onde foram surpreendidos pela ação da Prefeitura, ou resolvem, como aconteceu no Savério, unir-se aos outros moradores do lugar para protestar e tentar conseguir outras soluções.



## Um trabalhador, como os outros

Na última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entidade que reúne cientistas de todas as áreas de estudo do país, um sociólogo - Lúcio Kowarick - apresentou um trabalho sobre o problema das favelas em São Paulo.

Nesse estudo, ele mostra que o preconceito de que os favelados são bandidos ou marginais não se sustenta diante das pesquisas realizadas. Nas favelas, segundo o sociólogo, moram 80% de trabalhadores braçais, na maioria empregados na construção civil ou trabalhadores ambulantes, jardineiros, carregadores, vigilantes e empregadas domésticas. Uma família favelada ganha, em geral, um salário inferior a 3 mil cruzeiros.

Atualmente, cerca de 400 mil pessoas habitam as favelas. Segundo Kowarick, a razão para isso pode ser encontrada nos baixos salários e no aumento do preço dos terrenos na cidade, que cresce em média 30% ao ano. As obras públicas -

asfalto, esgoto, Metrô, etc - ajudam a valorizar também os terrenos, jogando os trabalhadores de menor salário para bairros cada vez mais distantes e sem qualquer tipo de saneamento.

Impossibilitados de pagar aluguel ou um lote de terreno nesses lugares, resta a solução da favela, construída em condições precárias: 2/3 delas ficam em terrenos inundados ou com grande declive com riscos de desabamento; 2/3 dos locais não tem iluminação pública; 98% não tem esgotos ou fossas; 80% não tem água encanada; 80% joga o lixo ao ar livre.

A possibilidade de ir morar na favela, segundo o estudo, está presente na vida de qualquer trabalhador. Basta uma «crise» na família - desemprego do chefe da casa, um acidente de trabalho, doenças, etc - para que o pagamento das dívidas da casa própria ou do aluguel sejam paralizados. E as «crises» não são anormais, já que ganhando

pouco, se alimentando mal, não tendo estabilidade no emprego, fazendo muitas horas extras, qualquer trabalhador pode se acidentar, ficar doente ou mesmo permanecer longo tempo desempregado.

Os programas de habitação do governo - BNH, Companhias de Habitação (COHAB), Alojamentos Provisórios, Programa Mutirão, lotes urbanizados com casas prontas - também não resolvem o problema, já que em geral são destinados aos que têm melhor renda.

Diante disso, o estudo conclui que novas favelas surgirão inevitavelmente, enquanto não se resolverem as causas que determinam o seu aparecimento: o arrocho salarial, responsável pelo baixo nível de vida da população e a falta de uma política habitacional voltada para as necessidades dos trabalhadores de pouca renda.